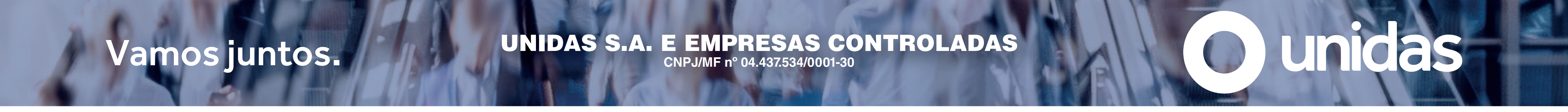

UNIDAS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 04.437.534/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

1- PERFIL DA COMPANHIA: A Unidas S.A. é uma Companhia especializada em soluções de locação e gestão de veículos, atuando nos segmentos de Terceirização de Frotas (TF) e Aluguel de Carros (RAC), com 35 anos de experiência no Brasil. No segmento de Aluguel de Carros, a Unidas S.A. realiza contratos de curta e média duração com pessoas físicas que demandam veículos para lazer, com empresas que demandam veículos por necessidade de negócios e com as seguradoras que demandam veículos substitutos (carro reserva) para a ocorrência de sinistro com os seus Clientes. As nossas operações de RAC estão presentes em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava com uma rede de 208 pontos de atendimento, sendo 132 lojas próprias e 76 lojas franqueadas de Aluguel de Carros. No segmento de Terceirização de Frotas, a Companhia possui um portfólio de clientes corporativos através de contratos de locação de longo prazo, na sua maioria entre 2 a 3 anos. A Companhia conta com uma base de clientes diversificada, que demandam contratos com diferentes tamanhos de frota. Para a desmobilização dos veículos anteriormente utilizados na sua frota, a Companhia tem uma unidade de negócios de venda de Seminovos composta por 84 lojas, sendo por 66 lojas próprias e 18 lojas franqueadas. Considerando todas as atividades, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2019 uma frota total de 101.265 carros - Rede Unidas (considerando a frota total dos franqueados). **2- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO:** Contamos com uma parceria global desde 2012, através da acionista do grupo Enterprise Holdings (Enterprise, Alamo e National), o maior grupo de locação e gestão de frotas do mundo, com aproximadamente 100 mil colaboradores, presença em 96 países, 16 mil lojas e um total de 2 milhões de automóveis. Em 2019, o segmento de Aluguel de Carros - RAC, sem incluir franquias, apresentou um crescimento da receita líquida de 57,8%, atingindo R$913,1 milhões. Este crescimento é resultado principalmente do aumento do número de diárias vendidas em 66,0% já que a tarifa média teve uma queda de 4,6%, garantindo uma Taxa de Ocupação de 78,0%. Já o segmento de Terceirização de Frotas alcançou R$383,0 milhões, crescimento de 1,0% em 2019, devido a queda no número de diárias em 17,4% e do aumento da tarifa média mensal, receita bruta dividida pela frota operacional, em 9,8%. Com a desmobilização dos veículos utilizados na operação, a Companhia atingiu uma receita de Seminovos no patamar de R$1.799,6 milhões em 2019, crescimento de 75,6%, devido ao aumento de 46,0% na quantidade de veículos vendidos e pelo aumento de 6,5% no preço médio de venda dos veículos. Considerando os resultados citado anteriormente, a Companhia atingiu em 2019 uma Receita Líquida de R$3.134,4 milhões, EBITDA Recorrente de R$713,0 milhões, EBIT Recorrente de R$475,6 milhões e Lucro Líquido Recorrente de R$177,0 milhões. Segundo projeções do Banco Central, são esperados crescimentos de 1,17% e 2,30%, respectivamente, para o PIB de 2019 e 2020, demonstrando assim uma tendência de melhora da economia brasileira para 2020. A taxa de inflação oficial em 2019, medida pelo IPCA, foi de 4,31%, acima do centro da meta do governo, de 4,25% a.a. Já para 2020, espera-se uma inflação no patamar de 3,25%, patamar inferior à inflação de 2019. Destacamos que, em 2019, grande parte dos nossos contratos de Terceirização de Frotas eram indexados a um indicador de inflação (IPCA ou IGP-M). A taxa básica de juros medida pela SELIC, encerrou-se ao final de 2019 em 4,50% e é esperada uma ligeira queda para 2020. O setor de locação de veículos é intensivo em capital e, uma SELIC mantida em baixos patamares, impacta positivamente o crescimento das operações das companhias do setor, proporcionando um menor custo de capital. Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores e parceiros pelo apoio e contribuição para as conquistas que alcançamos ao longo de 2019 e esperamos o mesmo empenho para o desenvolvimento da Companhia durante o ano de 2020.

A Administração

Balanço patrimonial - Em milhares de reais

Ativo		Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 5a	392.186	58.432	408.447	75.633
Títulos e valores mobiliários	Nota 5b	129.330	26.174	129.330	26.174
Instrumentos financeiros derivativos		13.674		13.674	
Contas a receber de clientes	Nota 6	180.277	135.026	254.948	246.737
Veículos em desativação para renovação de frota	Nota 9	338.324	259.353	338.324	259.613
Impostos a recuperar		35.361	28.866	35.651	33.756
Despesas antecipadas		4.633	2.972	7.333	4.456
Partes relacionadas	Nota 7	195.986	166.811	37.904	17.484
Outras contas a receber		8.610	847	8.900	1.139
Total do ativo circulante		1.298.381	678.481	1.234.511	664.992
Não circulante					
Contas a receber de clientes	Nota 6	3.956	4.260	4.363	4.883
Despesas antecipadas		67	30	1.130	1.149
Impostos diferidos	Nota 16		10.427	30.278	36.940
Depósitos judiciais	Nota 17	33.499	30.892	35.967	32.706
		37.522	45.609	71.738	75.678
Propriedades para investimento		850	850	850	850
Imobilizado	Nota 10	4.099.628	3.106.181	4.138.347	3.127.058
Direito de uso de arrendamento	Nota 11	67.502		109.134	
Investimentos	Nota 8	56.048	34.714		
Intangível	Nota 12	85.519	73.149	89.049	76.984
Total do ativo não circulante		4.347.069	3.260.503	4.409.118	3.280.570
Total do ativo		5.645.450	3.938.984	5.643.629	3.945.562

Passivo e patrimônio líquido		Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Circulante					
Fornecedores	Nota 13	968.751	708.681	973.403	714.249
Cessão de créditos por fornecedores	Nota 14	318.285	627.693	318.285	627.693
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nota 15	71.493	135.312	71.493	135.312
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 4.1		2.180		2.180
Arrendamento de imóveis	Nota 11	16.642		30.822	
Salários, encargos e contribuições sociais		13.195	5.315	23.329	10.832
Obrigações tributárias		4.250	9.727	16.176	17.112
Dividendos a pagar	Nota 18 d e 7 b	42.028	26.101	42.028	26.101
Partes relacionadas	Nota 7	105.395	27.419	33.357	14.173
Provisão para perda com investimento	Nota 8	8.161	8.115		
Outras contas a pagar		13.959	17.371	21.272	23.940
Total do passivo circulante		1.562.159	1.567.914	1.530.165	1.571.592
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nota 15	2.558.053	1.495.675	2.558.053	1.495.675
Arrendamento de imóveis	Nota 11	50.860		78.312	
Impostos diferidos	Nota 16	56.540		56.540	
Provisão para contingências	Nota 17	28.805	28.812	31.526	31.712
Total do passivo não circulante		2.694.258	1.524.487	2.724.431	1.527.387
Total do passivo		4.256.417	3.092.401	4.254.596	3.098.979
Patrimônio líquido	Nota 18				
Capital social		1.150.526	750.526	1.150.526	750.526
Reserva de capital e opções outorgadas		5.993	1.147	5.993	1.147
Reserva de lucros		231.146	96.214	231.146	96.214
Ajustes de avaliação patrimonial		1.368	(1.304)	1.368	(1.304)
Total do patrimônio líquido		1.389.033	846.583	1.389.033	846.583
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.645.450	3.938.984	5.643.629	3.945.562

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	Nota 19	2.698.357	1.714.364	3.134.415	2.019.260
Custos de locação e venda de veículos	Nota 20	(2.082.646)	(1.240.305)	(2.327.380)	(1.422.087)
Lucro bruto		615.711	474.059	807.035	597.173
Despesas com vendas	Nota 21	(117.717)	(72.525)	(222.928)	(134.337)
Despesas gerais e administrativas	Nota 22	(70.127)	(76.628)	(108.555)	(133.061)
Outras receitas (despesas) operacionais		41	(789)	40	(3.034)
Resultado de equivalência patrimonial	Nota 8	21.288	(2.461)		
Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos		449.196	321.656	475.592	326.741
Receitas financeiras	Nota 23	49.111	17.757	52.031	20.786
Despesas financeiras	Nota 23	(238.504)	(172.895)	(257.837)	(183.378)
Despesas financeiras, líquidas	Nota 23	(189.393)	(155.138)	(205.806)	(162.592)
Lucro antes dos impostos		259.803	166.518	269.786	164.149
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	Nota 16	(82.843)	(56.620)	(92.826)	(54.251)
Lucro líquido do exercício		176.960	109.898	176.960	109.898
Lucro líquido por ação - básico - R$	Nota 26	3,24	2,01	3,24	2,01
Lucro líquido por ação - diluído - R$	Nota 26	3,16	1,96	3,16	1,96

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado 2019	Controladora e Consolidado 2018
Lucro líquido do exercício	176.960	109.898
Outros componentes do resultado abrangente		
Hedge accounting - fluxo de caixa	4.049	(1.976)
Imposto de renda e contribuição social - *hedge accounting*	(1.377)	672
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	2.672	(1.304)
Total do resultado abrangente do exercício	179.632	108.594

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas				
Receita bruta deduzida de descontos e cancelamentos	2.803.048	1.787.656	3.278.847	2.118.847
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(19.031)	(5.902)	(31.013)	(13.401)
	2.784.017	1.781.754	3.247.834	2.105.446
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das locações de carros/frotas	(53.287)	(148.051)	(214.027)	(244.268)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(91.936)	(62.316)	(184.429)	(135.473)
Custo de venda de veículos	(1.686.044)	(920.833)	(1.686.044)	(920.833)
	(1.831.267)	(1.131.200)	(2.084.500)	(1.300.574)
Valor adicionado bruto	952.750	650.554	1.163.334	804.872
Depreciação e amortização	(205.915)	(167.863)	(237.437)	(176.385)
Provisão de veículos roubados e sinistrados	(54.747)	(67.607)	(54.747)	(67.607)
Valor adicionado líquido gerado	692.088	415.084	871.150	560.880
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	21.288	(2.461)		
Receitas financeiras	49.111	17.757	52.031	20.786
Valor adicionado recebido em transferência	70.399	15.296	52.031	20.786
Valor adicionado total a distribuir	762.487	430.380	923.181	581.666
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	56.356	64.196	114.761	112.398
Benefícios	14.620	6.366	30.664	22.717
FGTS	4.987	1.603	9.479	4.072
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	199.257	65.508	260.956	98.341
Estaduais	68.715		68.715	
Municipais	3.088	1.164	3.809	1.161
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	238.504	172.895	257.837	183.378
Aluguéis		8.750		49.701
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos e juros sobre capital próprio	42.028	26.101	42.028	26.101
Lucros retidos	134.932	83.797	134.932	83.797
Valor adicionado total distribuído	762.487	430.380	923.181	581.666

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Controladora e Consolidado

		Capital social	Reserva de capital e opções outorgadas	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de investimentos	(Prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2018		750.526	5.393	6.428	46.386			808.733
Efeito da adoção inicial do IFRS 9						(48.666)		(48.666)
Saldo inicial ajustado		750.526	5.393	6.428	46.386	(48.666)		760.067
Lucro líquido do exercício						109.898		109.898
Hedge accounting - fluxo de caixa							(1.976)	(1.976)
IR/CSLL - hedge accounting							672	672
Total do resultado abrangente do exercício						109.898	(1.304)	108.594
Cancelamento de plano de remuneração baseado em ações			(8.269)			8.269		
Opções outorgadas	Nota 18		4.023					4.023
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal				5.495		(5.495)		
Dividendo mínimo obrigatório						(26.101)		(26.101)
Retenção de lucros					37.905	(37.905)		
Em 31 de dezembro de 2018		750.526	1.147	11.923	84.291		(1.304)	846.583
Em 1º de janeiro de 2019		750.526	1.147	11.923	84.291		(1.304)	846.583
Lucro líquido do exercício						176.960		176.960
Hedge accounting - fluxo de caixa							4.049	4.049
IR/CSLL - hedge accounting							(1.377)	(1.377)
Total do resultado abrangente do exercício						176.960	2.672	179.632
Aumento de capital	Nota 18	400.000						400.000
Opções outorgadas	Nota 18		4.846					4.846
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal				8.848		(8.848)		
Dividendo mínimo obrigatório						(42.028)		(42.028)
Retenção de lucros					126.084	(126.084)		
Em 31 de dezembro de 2019		1.150.526	5.993	20.771	210.375		1.368	1.389.033

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	176.960	109.898	176.960	109.898
Imposto de renda e contribuição social diferido	65.590	30.851	61.825	16.242
Resultado de equivalência patrimonial	(21.288)	2.461		
Depreciação e amortização	205.915	167.863	237.437	176.385
Provisão de veículos roubados e sinistrados	54.747	35.914	54.747	35.914
Valor residual dos veículos em desativação para renovação de frota baixados	1.686.044	920.833	1.686.044	920.833
Valor residual dos veículos baixados	29.389	31.693	29.389	31.693
Provisão de pagamento baseado em ações	4.846	4.023	4.846	4.023
Custo de captação e juros de cessão	29.488	33.749	29.488	33.749
Encargos financeiros sobre financiamento	153.906	132.030	153.906	132.030
Apropriação do arrendamento de imóveis - despesa financeira	2.477		5.576	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.031	5.902	31.013	13.401
Provisão para contingências	(7)	57	(186)	1
Outros	1.291	5.863	5.746	8.896
	2.408.389	1.481.137	2.476.791	1.483.065
Acréscimo e (decréscimo) de ativos				
Contas a receber de clientes	(63.978)	(35.273)	(42.974)	(89.247)
Impostos a recuperar	(6.495)	(15.983)	(1.895)	(19.797)
Créditos com partes relacionadas	(29.175)	(58.097)	(16.150)	(8.707)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(7.382)	3.827	(13.881)	2.687
	(107.030)	(105.526)	(74.900)	(115.064)
(Acréscimo) e decréscimo de passivos				
Fornecedores (exceto montadoras de veículos)	1.421	(3.451)	505	(5.353)
Tributos a recolher	12.096	32.354	23.061	50.446
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(16.256)	(8.271)	(22.680)	(11.498)
Outros passivos circulantes e não circulantes	125.069	(45.359)	50.282	(21.543)
Aquisição de veículos líquido do saldo a pagar a fornecedores - montadoras e cessão de créditos	(3.039.878)	(1.426.832)	(3.039.878)	(1.426.827)
	(2.917.548)	(1.451.559)	(2.988.710)	(1.414.775)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(616.189)	(75.948)	(586.819)	(46.774)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de outros imobilizados e direito de uso de imóveis	(110.975)	(11.904)	(140.049)	(24.901)
Aquisição de acessórios para veículos	(13.557)	(7.682)	(13.801)	(8.057)
Adição ao intangível	(19.431)	(7.134)	(20.461)	(9.235)
Alienação de intangíveis e outros imobilizados	3	2.267	41	4.187
Títulos e valores mobiliários	(103.156)	(26.174)	(103.156)	(26.174)
Integralização de capital em controlada		(100)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(247.116)	(50.727)	(277.426)	(64.180)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social	400.000		400.000	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - líquido dos custos de captação	1.381.037	735.109	1.381.037	735.109
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(409.794)	(580.820)	(409.794)	(580.820)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(148.083)	(138.729)	(148.083)	(138.729)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(26.101)	(27.536)	(26.101)	(27.536)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	1.197.059	(11.976)	1.197.059	(11.976)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	333.754	(138.651)	332.814	(122.930)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	58.432	197.083	75.633	198.563
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	392.186	58.432	408.447	75.633

Atividades que não afetam o caixa

Efeito da adoção inicial	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Efeito da adoção inicial IFRS 9 - Contas a receber		28.099		48.666
Efeito da adoção inicial IFRS 16 - Arrendamento	11.602		71.494	
	11.602	28.099	71.494	48.666
Derivativos - Hedge				
Hedge accounting - fluxo de caixa	4.049	(1.976)	4.049	(1.976)
Imposto de renda e contribuição social - *hedge accounting*	(1.377)	672	(1.377)	672
	2.672	(1.304)	2.672	(1.304)

Divulgação suplementar sobre as informações do fluxo de caixa

Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Total de veículos adquiridos para o ativo imobilizado	(2.978.886)	(2.244.409)	(2.978.886)	(2.244.404)
Variação líquida do saldo de fornecedores - cessão de montadoras	(60.992)	815.984	(60.992)	815.984
Aquisição por arrendamento mercantil financeiro		1.593		1.593
Total do caixa pago ou provisionado na aquisição de veículos	(3.039.878)	(1.426.832)	(3.039.878)	(1.426.827)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Unidas S.A. ("Companhia" ou "Unidas") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede social em São Paulo - SP, na Alameda Santos, 438 - Vila Mariana, constituída em 27 de fevereiro de 1985. O Grupo têm por objeto as seguintes atividades: (a) a locação de veículos automotores e equipamentos; (b) a concessão de licenças para uso de sua marca de locação e do sistema operacional de locação; (c) o uso sob licença, ou sublicenciamento de marcas de locação e do sistema operacional de locação das empresas do grupo ou de terceiros; (d) o agenciamento de publicidade em veículos de comunicação e a prestação de serviços de propaganda e marketing; (e) a prestação de serviços de transporte em geral, sob qualquer título e modalidade; (f) a prestação de serviços de terceirização de frotas, com o respectivo gerenciamento de seus veículos e equipamentos componentes, bem como do pessoal e dos recursos humanos que os operam; (g) a prestação de serviços gráficos; (h) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou sócia quotista; (i) a locação e sublocação de motocicletas e outros meios de transporte. Como parte de seu programa de renovação de frotas, a Companhia vende seus veículos usados. Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura da Companhia e suas controladas incluindo seus franqueados, é composta por: (dados não auditados) 292 pontos de atendimento (267 pontos em 31 de dezembro de 2018), dos quais 132 eram lojas próprias de aluguel de carros (121 em 31 de dezembro de 2018) e 66 lojas próprias de venda de seminovos (36 em 31 de dezembro de 2018), ambos operados pela Unidas e 94 lojas franqueadas (110 em 31 de dezembro de 2018), sendo 76 lojas de aluguel de carros (89 em 31 de dezembro de 2018) e 18 lojas de vendas de seminovos (21 em 31 de dezembro de 2018). O sistema de franquias da Unidas é administrado pela controlada Unidas Franquias do Brasil S.A.. Em 31 de dezembro de 2019, a frota total da Unidas S.A. é composta por: (dados não auditados) 99.537 veículos (81.359 veículos em 31 de dezembro de 2018), sendo 21.707 no negócio de aluguel e terceirização de frotas ("fleet") (26.137 em 31 de dezembro de 2018) e 77.830 pertencentes ao negócio de locação de veículos *("rent a car"* ou "RAC") (55.222 em 31 de dezembro de 2018). A frota é renovada após sua vida útil-econômica, sendo que no segmento de *"rent a car"* normalmente varia de 12 a 18 meses, já a frota de terceirização de frotas ("fleet") varia normalmente entre 12 e 37 meses. Após o encerramento da vida útil-econômica, os veículos são vendidos, sendo uma parte significativa vendida a consumidores finais. "O mercado de ações tem apresentado maior volatilidade na cotação dos títulos listados em bolsa de valores, no primeiro trimestre de 2020, em decorrência, dentre outros possíveis fatores, do avanço da epidemia do vírus Covid-19 e das medidas restritivas que estão sendo adotadas por alguns países na tentativa de minimizar a expansão da doença, que podem consequentemente desacelerar a economia global. Atualmente, não é possível determinar eventuais efeitos da referida doença nos negócios do Grupo." **(a) Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e Conselho de Administração em 12 de março de 2020. **(b) Capital circulante líquido:** O capital circulante líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019 foi negativo na controladora e no consolidado, em R$263.778 e R$295.654, respectivamente (R$889.433 e R$906.600 negativos, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018). A Administração entende que esta posição ocorre em um cenário onde a Companhia passa por um ciclo de crescimento em seus segmentos de locação, já que requer um montante significativo de investimentos na compra de veículos, que irão compor o ativo operacional, e gerar receita em exercícios futuros. Considerando o retorno que será obtido com relação aos contratos vigentes junto aos clientes de terceirização de frota e aluguel de veículos e após o término dos contratos a venda de veículos, sua geração de caixa é considerada suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual nas datas dos balanços é assim resumida:

Empresas	Participação % Direta	Participação % Indireta	Atividade principal	Localização
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	99,99	0,01	Comércio de veículos usados	São Paulo
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	99,99	0,01	Locação de veículos - *"Rent a Car"*	São Paulo
Unidas Franquias do Brasil S.A.		100	Locação de veículos	São Paulo

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *(impairment)* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(c) Demonstração do Valor Adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras. **2.2 Apresentação de informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração para a tomada de decisões; e (iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível. A Companhia e suas controladas definiram dois segmentos operacionais, que são gerenciados separadamente, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. A administração considera que as operações da Companhia e suas controladas compõem dois segmentos operacionais identificáveis: (i) a locação de veículos através de contratos de longa duração ("fleet"); (ii) e a locação de veículos através de contratos de curta duração ("RAC" ou "rent-a-car"), realizada pela sua controlada Unidas Locadora. A administração entende que a atividade de renovação de frota (seminovos) não se trata de um segmento operacional separado, já que sua atividade é inerente ao processo dos segmentos de "fleet" e do "RAC". **2.3 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos, financiamentos e debêntures", no passivo circulante. **2.5 Ativos Financeiros: 2.5.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio do Grupo para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.5.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no exercício em que ocorrerem. **2.5.4** ***Impairment:*** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.5.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.5.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de** ***hedge:*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: • *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa). Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 4.3. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na demonstração das mutações no patrimônio líquido. ***(a) Hedge*** **e fluxo de caixa:** A parcela efetiva (marcação do título ao mercado) das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Receitas (Despesas) financeiras, líquidas". Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras líquidas". Entretanto, quando a operação prevista protegida por *hedge* resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso de bens do ativo imobilizado. Quando um instrumento de *hedge* vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativo e os custos de *hedge* diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para a demonstração do resultado em "Receitas (Despesas) financeiras, líquidas". **(b) Ineficácia do** ***hedge:*** A eficácia de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. No caso de *hedges* de compras em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações de *hedge* quando os termos essenciais do instrumento de *hedge* correspondem exatamente aos termos do item protegido. Portanto, o Grupo realiza uma avaliação qualitativa de eficácia. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de *hedge*, o Grupo utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Nos *hedges* de compras em moeda estrangeira, a ineficácia pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte do derivativo. O Grupo contrata swaps de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. O Grupo não aplica *hedge* a 100% dos empréstimos e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos swaps. Como houve correspondência de todos os termos essenciais durante o ano, a relação econômica foi 100% eficaz. A ineficácia do *hedge* de swaps de taxa de juros é avaliada utilizando os mesmos princípios adotados para *hedges* de compras em moeda estrangeira. Ela pode ocorrer devido: • ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos swaps de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e • diferenças nos termos essenciais entre os swaps de taxa de juros e os empréstimos; e **(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Despesas financeiras, líquidas". **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de aluguel de frotas de veículos e pela venda de veículos para desativação para renovação de frotas no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*). As contas a receber de clientes são ajustadas pelo seu valor presente somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado conforme divulgado na Nota 6. **2.7 Veículos em desativação para renovação de frota:** Os "Veículos em desativação para renovação de frota" são reconhecidos pelo valor residual quando da transferência da conta de imobilizado para a conta de "Veículos em desativação para renovação de frota". O saldo destes veículos é apresentado pelo seu valor de custo, ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os veículos após o término de contrato de locação são reclassificados para a conta de "Veículos em desativação para renovação de frota" e passam a ser destinados para venda (atividade acessória à operação do Grupo). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado do veículo, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.8 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Valor residual de um ativo é o valor que o Grupo obteria com a venda do ativo após deduzir as despesas de vendas. Para os veículos, o valor residual é o valor estimado de venda depois de sua vida útil econômica menos as despesas estimadas de vendas. A depreciação é reconhecida no resultado, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil econômica dos veículos reflete o padrão de uso e consumo de seus benefícios econômicos esperados pelo Grupo. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	Anos
Veículos	1-5
Acessórios para veículos	1-5
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. **2.9 Intangível: (a) Carteira de clientes:** As relações contratuais com clientes (carteira de contratos de locação adquirido de terceiros), são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o tempo remanescente de contrato com o cliente. **(b) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o exercício de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. **(c) Direito de uso de marca:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 anos. **(d) Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **(e) Fundo de comércio:** O fundo de comércio (pontos comerciais adquiridos de franqueados), é reconhecido pelo valor justo na data da aquisição. O fundo de comércio têm vida útil de 5 anos e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada A amortização é calculada usando o método linear durante o período de sua vida útil. **2.10** ***Impairment*** **de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **2.11 Fornecedores e cessão de créditos por fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Alguns fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. O Grupo possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito por fornecedores", haja vista que o título será pago à instituição financeira e não mais ao fornecedor. O grupo também adota a prática contábil de classificação destas operações como atividades operacionais, na demonstração dos fluxos de caixa. **2.12 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.13 Provisões:** As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel, ações judiciais cíveis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de sua frota, pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias brasileiras promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.15 Benefícios a empregados: (a) Remuneração com base em ações:** O Grupo opera uma série de planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um exercício de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido; exercício durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas. As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro. **(b) Participação nos lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*). **2.16 Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O Grupo possui somente ações ordinárias e essas ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos ("custos com emissão de ações"). **(b) Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia e suas controladas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração. **2.17 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita de locação de veículos:** A receita de locação de veículos (terceirização de frotas e rente-a-car) é medida pelo valor justo da contraprestação dos serviços de locação a receber. As receitas de terceirização de frotas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel, e as receitas de *rent a car* são reconhecidas pró-rata dia pelo período do contrato. **(b) Receita de venda de veículos:** A receita líquida da venda de bens, veículos é uma atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, os custos associados à possível devolução de veículos possam ser estimados de forma confiável, não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.18 Arrendamentos:** O Grupo mudou a política contábil para arrendamentos nos quais o Grupo é o arrendatário. O impacto da mudança está descrito na Nota 2.20.1. Até 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos nos quais o Grupo detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, eram classificados como arrendamentos financeiros. Estes eram capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento era alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, fosse obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, eram incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras eram reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento. O ativo imobilizado adquirido em arrendamentos financeiros era depreciado ao longo da vida útil do ativo ou ao longo da vida útil do ativo e o prazo do arrendamento, dos dois o menor, se não houvesse certeza razoável de que o grupo iria obter a posse sobre o ativo no final do prazo do arrendamento. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais, quando o Grupo não detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período. A receita com arrendamentos de arrendamentos operacionais quando o Grupo atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. O Grupo não identificou a necessidade de ajustes na contabilização dos seus ativos arrendados a terceiros como resultado da adoção da nova norma para arrendamentos. **2.19 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **2.20 Normas, alterações e interpretações de normas: 2.20.1 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente:** • IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. O Grupo definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento do Grupo durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento na IFRS 16. A norma afetou, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais do Grupo. O Grupo optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia e suas controladas possuem arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor. O Grupo aplicou o modelo prospectivo simplificado da norma e não irão reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. O impacto da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 foi:

Balanço patrimonial	Controladora: Conforme apresentado	Controladora: Ajustes adoção IFRS 16	Controladora: Saldo de abertura ajustado	Consolidado: Conforme apresentado	Consolidado: Ajustes adoção IFRS 16	Consolidado: Saldo de abertura ajustado
Ativo						
Circulante	678.481		678.481	664.992		664.992
Não circulante	3.260.503	11.602	3.272.105	3.280.570	71.494	3.352.064
Direito de uso de arrendamento		11.602	11.602		71.494	71.494
Outros ativos não circulantes	3.260.503		3.260.503	3.280.570		3.280.570
Total do ativo	3.938.984	11.602	3.950.586	3.945.562	71.494	4.017.056
Passivo						
Circulante	1.567.914	6.490	1.574.404	1.571.592	31.981	1.603.573
Arrendamento de imóveis		6.490	6.490		31.981	31.981
Outros passivos circulantes	1.567.914		1.567.914	1.571.592		1.571.592
Não circulante	1.524.487	5.112	1.529.599	1.527.387	39.513	1.566.900
Arrendamento de imóveis		5.112	5.112		39.513	39.513
Outros passivos não circulantes	1.524.487		1.524.487	1.527.387		1.527.387
Patrimônio líquido	846.583		846.583	846.583		846.583
Total do passivo e patrimônio líquido	3.938.984	11.602	3.950.586	3.945.562	71.494	4.017.056

A Companhia e suas controladas reconheceram ativos de direito de uso de R$11.602 e R$71.494, na controladora e consolidado, respectivamente, em 1º de janeiro de 2019 e passivos de arrendamento de valor nominal de R$12.761 e R$82.202 e valor líquido presente de R$11.602 e R$71.494, na controladora e consolidado, respectivamente. Na Nota 11 está demonstrada a movimentação do saldo de direito de uso e movimentação do passivo de arrendamento. **(a) Premissas de aplicação:** O Grupo optou pela adoção da abordagem prospectiva como método de transição em 1º de janeiro de 2019, sendo assim, os exercícios comparativos não estão sendo reapresentados. A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de aluguel de lojas de seminovos, lojas de "rent-a-car" e imóveis administrativos mantidos até a adoção da norma como arrendamento mercantil operacional. De forma a aplicar a IFRS 16, a Companhia e suas controladas adotaram as seguintes premissas significativas: • Começo do prazo de arrendamento mercantil - A Companhia e suas controladas definiram o início do prazo de arrendamento mercantil a data em que passa a exercer o direito de usar o imóvel. Nesse sentido, determinou a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do ambiente físico. Para os contratos existentes na data de transição (1º de janeiro de 2019), foi considerado como data início do contrato a data de transição da IFRS 16. • Prazo de arrendamento mercantil - exercício pelo qual a Companhia e suas controladas contrataram o arrendamento mercantil do imóvel. Foi adotado o prazo de cada contrato adicionado de expectativas de utilização do imóvel excedentes ao prazo original do contrato, quando é previsto contratualmente a opção de renovação concomitante com a relevância do imóvel na operação, bem como a disponibilidade de ativos similares. • Contratos com prazo indeterminado - A Companhia e suas controladas são arrendatárias em alguns contratos com prazo indeterminado. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, o entendimento é que esses contratos serão contabilizados considerando um prazo de curto prazo (1 ano). • Pagamentos fixos em essência - são os pagamentos durante o prazo do arrendamento mercantil que a Companhia e suas controladas estão ou possam vir a ser obrigadas a fazer. A Companhia e suas controladas determinaram como pagamentos fixos em essência os valores determinados como fixos pelo arrendador (aluguéis mínimos contratuais). A Companhia e suas controladas não consideraram, para fins de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, os pagamentos de aluguéis variáveis decorrente do faturamento, sendo esses registrados como despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento. • Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário - A Companhia e suas controladas consideraram, para todos os contratos com partes relacionadas e terceiros, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. As taxas adotadas consideram o custo de captação baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) somado a um *spread* de risco do Grupo. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o exercício do arrendamento mercantil com os efeitos da intenção de renovação. • Depreciação do ativo de direito de uso - Os contratos de arrendamento não possuem cláusulas que permitam exercer a aquisição da propriedade do ativo (lojas de seminovos e de rent-a-car) ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor. A Companhia e suas controladas adotam a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que será reavaliada periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato. • Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento - O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada exercício durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício à medida em que são incorridos. • Valor recuperável do ativo de direito de uso - A Companhia e suas controladas continuarão aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo que efetuarão periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável. **(b) Aspectos relevantes:** Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM divulgou o Ofício Circular 02/19, orientando aspectos relevantes a serem observados na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício em questão. Apresentamos abaixo algumas análises: Conforme exigência do CPC 06 (R2) apresentamos, no quadro abaixo, a análise de maturidade dos contratos:

Cronograma de pagamento	Controladora	Consolidado
2020	19.673	36.124
2021	18.959	31.674
2022	17.759	25.517
2023	15.263	19.366
Após 2023	8.565	15.862
Total	80.219	128.543
Juros embutidos	(12.717)	(19.409)
Saldo do passivo de arrendamento	67.502	109.134
Circulante	16.642	30.822
Não circulante	50.860	78.312

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil. O Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento e do direito de uso, projetando a inflação de 4,31% ao ano para 2019, 3,20% ao ano para 2020, 3,75% ao ano para 2021 e 3,50% ao ano para anos posteriores a 2022, conforme boletim Focus. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com o os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

2019 Consolidado	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	109.134	112.446	3%
Passivo de arrendamento	128.543	132.666	3%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescido da inflação futura projetada, não gera distorções significativas no passivo e direito de uso, cujo efeito líquido representa de 0,30% do patrimônio líquido consolidado da companhia e suas subsidiárias. **2.20.2 Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **(a) Estrutura Conceitual:** Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram: • Aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros; • Restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade; • Definição de entidade; • Revisão das definições de ativo e passivo; • Remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento; • Inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e • Afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras. Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma específica deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1º de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada. **(b) Alterações ao IAS 1 "*Presentation of Financial Statements*" e IAS 8 "*Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*":** Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual. **(c) Alterações ao IFRS 3 "Business Combinations":** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020. A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir inputs e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de outputs; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de outputs, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir: **(a) Valor residual de veículos:** A Companhia e suas controladas estimam frequentemente o valor residual dos veículos (valor estimado de venda depois de sua vida útil menos as despesas estimadas de vendas), que impacta consequentemente nos custos de depreciação dos veículos operacionais. Esta estimativa leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos. **(b) Valor justo de derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo utiliza seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **(c) Provisão para perdas estimadas em crédito com liquidação duvidosa ("PECLD"):** O Grupo considera na mensuração da PECLD, as perdas de créditos esperadas, conforme descrito na nota 6 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, o Grupo avalia continuamente sua carteira de recebíveis de forma a identificar se existem indícios de "*impairment*" sobre os títulos de cada cliente que compõe a carteira. Se sim, o Grupo avalia se o cliente inadimplente deu garantias reais e se as mesmas são suficientes para cobrir a exposição líquida da Companhia e suas controladas. Caso as garantias reais não sejam suficientes, a provisão para créditos com liquidação duvidosa é reconhecida no resultado, classificada como "despesa com vendas". **(d) Perda (impairment) do ágio e da marca:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e na marca registrados, de acordo com as políticas contábeis apresentadas. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. O ágio e a marca são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional. **(e) Arrendamento IFRS 16:** O Grupo utiliza os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma: • uso de uma taxa única de desconto em uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares; • utilização de avaliações anteriores sobre se os arrendamentos são onerosos; • exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e • utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento. **4. Gestão de risco financeiro e valor justo: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo o expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos em seu desempenho financeiro. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As práticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, para monitorar riscos e aderência aos limites. **(a) Risco de mercado: (i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas com instituições financeiras. A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir o qual é apreciado pela Diretoria para aprovação e operacionalização da estratégia

continua

apresentada. A prática da Administração para controle consiste em um acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuaram aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as práticas e estratégias definidas por sua Administração. Conforme sua prática de gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteger sua exposição de taxa de juros nos custos financeiros dentro de determinados níveis. O Grupo possui a totalidade de seus equivalentes de caixa indexados à variação do CDI e seu endividamento indexados à variação do CDI e IPCA. A exposição a estes ativos e passivos à taxa variável são monitorados ativamente pela Administração do Grupo. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros é:

	Controladora		Consolidado	
Valor contábil	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Instrumentos financeiros atrelados ao CDI e IPCA				
Ativos financeiros	531.018	80.275	545.915	93.758
Passivos financeiros	(2.629.546)	(1.633.167)	(2.629.546)	(1.633.167)
Exposição líquida (CDI e IPCA)	(2.098.528)	(1.552.892)	(2.083.631)	(1.539.409)

(ii) Risco cambial: O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Conforme sua política de gerenciamento de riscos financeiros, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de reduzir sua exposição à mudanças na taxa de câmbio com swap cambial para contratos ativos. Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não possui nenhuma operação relevante exposta ao risco cambial. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas contrataram, com caráter exclusivo de proteção, operações de swap, que trocam a variação de 100% do CDI por taxa prefixada. Na determinação do valor justo do swap foram utilizados preços de mercado ativo, para instrumentos financeiros idênticos, segregamos os instrumentos para demonstrar o efeito ativo e passivo de cada grupo de instrumentos, sendo demonstrado como segue:

Em 31 de dezembro de 2019			Taxas		Accrual			MTM		
										Controladora e Consolidado
Operações	**Período (meses)**	**Juros**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Líquido**	**Ativo**	**Passivo**	**Líquido**
CDI x Taxa pré	12 a 38 meses	Trimestrais	100% a 117,5% CDI	5,15% a 12,32%	207.799	(208.519)	(720)	2.589	(7.760)	(5.171)
SWAP 4131	60 meses	Trimestrais	VC + (Libor 3 meses +0,40%) x 1,176471	109,7% CDI	202.519	(190.199)	12.320	13.452	(6.207)	7.245
					410.318	(398.718)	11.600	16.041	(13.967)	2.074

Em 31 de dezembro de 2018			Taxas		Accrual			MTM		
										Controladora e Consolidado
Operações	**Período (meses)**	**Juros**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Líquido**	**Ativo**	**Passivo**	**Líquido**
CDI x Taxa pré	12 a 36 meses	Trimestrais	100% a 117,5% CDI	8,14% a 12,32%	99.179	99.384	(205)	950	2.926	(1.976)
					99.179	99.384	(205)	950	2.926	(1.976)

Abaixo encontra-se a movimentação do instrumento financeiro derivativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora e Consolidado				
	Em 31 de dezembro de 2018	**Outros Resultados Abrangentes**	**Efeito Resultado do período**	**Captações/ Liquidações**	**Em 31 de dezembro de 2019**
Instrumentos financeiros swap	(2.180)	2.672	7.585	5.597	13.674
Instrumentos financeiros derivativos	(2.180)	2.672	7.585	5.597	13.674

A marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos (*"hedge accounting"*) é reconhecida na demonstração dos resultados abrangentes e realizada no resultado do exercício em que os instrumentos financeiros derivativos forem liquidados sendo 100% do saldo referente a *Accrual*. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de 1ª linha, com boas classificações de *rating* na escala de *Standard and Poor's*. Para o caso de clientes, a Companhia e suas controladas aplicam a IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Grupo. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 5a	392.186	58.432	408.447	75.633
Títulos e valores mobiliários	Nota 5b	129.330	26.174	129.330	26.174
Contas a receber de clientes	Nota 6	184.233	139.286	263.581	251.620
Partes relacionadas	Nota 7b	195.986	166.811	33.634	17.484
Outras contas a receber		8.610	847	8.900	1.139
Total		910.345	391.550	843.892	372.050

(i) Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, para caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Caixa e aquivalentes de caixa e títulos e valores mobiliarios (Standard & Poor's):

Depósitos bancários em contas correntes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
AAA	3.114	3.573	4.379	4.077
AA	383	590	503	3.830
AA-	431	44	466	65
A-	4	(144)	4	(143)
Caixa	240	268	184	220
Total de caixa	4.172	4.331	5.536	8.049
Aplicações financeiras	**Controladora**		**Consolidado**	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
AAA	250.315	50.029	250.315	50.029
AA	97.278		112.175	13.483
AA-	235	4.063	235	4.063
A-	40.186	9	40.186	9
Total de aplicações financeiras	388.014	54.101	402.911	67.584
Total de caixa e equivalentes de caixa	392.186	58.432	408.447	75.633
Títulos e valores mobiliários	**Controladora**		**Consolidado**	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
AAA	22.403	26.174	22.403	26.174
A+	106.927		106.927	
Total de títulos e valores mobiliários	129.330	26.174	129.330	26.174

(c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

							Controladora
		Valor contábil em 31/12/2019	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Passivos							
Fornecedores	Nota 13	(968.751)	(968.751)	(968.751)			(968.751)
Cessão de créditos por fornecedores	Nota 14	(318.285)	(319.895)	(319.895)			(319.895)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nota 15	(2.629.546)	(3.260.914)	(166.874)	(3.000.567)	(93.473)	(3.260.914)
Arrendamento de imóveis	Nota 11	(67.502)	(80.546)	(19.673)	(60.873)		(80.546)
Partes relacionadas	Nota 7	(105.395)	(105.395)	(105.395)			(105.395)
Dividendos a pagar	Nota 18 d e 7 b	(42.028)	(42.028)	(42.028)			(42.028)
Outras contas a pagar		(13.959)	(13.959)	(13.959)			(13.959)
Total		(4.145.466)	(4.791.488)	(1.636.575)	(3.061.440)	(93.473)	(4.791.488)

							Consolidado
		Valor contábil em 31/12/2019	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Passivos							
Fornecedores	Nota 13	(973.403)	(973.403)	(973.403)			(973.403)
Cessão de créditos por fornecedores	Nota 14	(318.285)	(319.895)	(319.895)			(319.895)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nota 15	(2.629.546)	(3.260.914)	(166.874)	(3.000.567)	(93.473)	(3.260.914)
Arrendamento de imóveis	Nota 11	(109.134)	(128.876)	(36.124)	(92.752)		(128.876)
Partes relacionadas	Nota 7	(33.357)	(33.357)	(33.357)			(33.357)
Dividendos a pagar	Nota 18 d e 7 b	(42.028)	(42.028)	(42.028)			(42.028)
Outras contas a pagar		(21.272)	(21.272)	(21.272)			(21.272)
Total		(4.127.025)	(4.779.745)	(1.592.953)	(3.093.319)	(93.473)	(4.779.745)

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM: A Companhia e suas controladas contrataram operações de *swap* junto a instituições financeiras com o objetivo de reduzir sua exposição à taxa de juros variável. Análise de Sensibilidade dos efeitos nos seus resultados, advindos de uma alta nas taxas CDI, LIBOR e IPCA de 25% e 50%, para ativos e passivos financeiros atrelados, é demonstrada como segue:

							Controladora
	Saldo contábil	**Cenário provável**		**Cenário possível**		**Cenário remoto**	
Sensibilidade	**31/12/2019**	**Taxa (%)**	**Ganho (Perda)**	**Taxa (%)**	**Ganho (Perda)**	**Taxa (%)**	**Ganho (Perda)**
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas ao CDI	517.344	4,55%	19.506	5,69%	23.976	6,83%	28.290
Instrumentos financeiros derivativos CDI x pré	(5.891)	4,55%	(4.499)	5,69%	(2.565)	6,83%	(643)
Instrumentos financeiros derivativos Libor 3M x CDI	19.565	4,55%	(2.070)	5,69%	(2.789)	6,83%	(3.492)
Dívida indexada ao CDI a pagar	(2.322.428)	4,55%	(116.068)	5,69%	(142.918)	6,83%	(169.655)
Dívida indexada à Libor 3M	(201.657)	2,27%	(6.632)	2,83%	(8.037)	3,40%	(9.442)
Dívida indexada ao IPCA a pagar	(105.461)	3,55%	(12.110)	4,43%	(13.039)	5,32%	(13.974)
Efeito nas despesas financeiras			(121.873)		(145.372)		(168.916)
Variação no resultado em relação ao cenário provável					(23.499)		(47.043)

							Consolidado
	Saldo contábil	**Cenário provável**		**Cenário possível**		**Cenário remoto**	
Sensibilidade	**31/12/2019**	**Taxa (%)**	**Ganho (Perda)**	**Taxa (%)**	**Ganho (Perda)**	**Taxa (%)**	**Ganho (Perda)**
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas ao CDI	532.241	4,55%	20.153	5,69%	24.786	6,83%	29.261
Instrumentos financeiros derivativos CDI x pré	(5.891)	4,55%	(4.499)	5,69%	(2.565)	6,83%	(643)
Instrumentos financeiros derivativos Libor 3M x CDI	19.565	4,55%	(2.070)	5,69%	(2.789)	6,83%	(3.492)
Dívida indexada ao CDI a pagar	(2.322.428)	4,55%	(116.068)	5,69%	(142.918)	6,83%	(169.655)
Dívida indexada à Libor 3M	(201.657)	2,27%	(6.632)	2,83%	(8.037)	3,40%	(9.442)
Dívida indexada ao IPCA a pagar	(105.461)	3,55%	(12.110)	4,43%	(13.039)	5,32%	(13.974)
Efeito nas despesas financeiras			(121.226)		(144.562)		(167.945)
Variação no resultado em relação ao cenário provável					(23.336)		(46.719)

4.2 Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor, mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. O capital consiste na soma dos recursos obtidos com os acionistas e com instituições financeiras, líquido do caixa e equivalentes de caixa. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida líquida para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos passivos e ativos	Nota 15 e 4.1	(2.615.872)	(1.633.167)	(2.615.872)	(1.633.167)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos valores mobiliários	Nota 5a e 5b	521.516	84.606	537.777	101.807
Dívida líquida		(2.094.356)	(1.548.561)	(2.078.095)	(1.531.360)
Total do patrimônio líquido		(1.389.033)	(846.583)	(1.389.033)	(846.583)
Total do capital		(3.483.389)	(2.395.144)	(3.467.128)	(2.377.943)
Relação capital de terceiros sobre o patrimônio líquido		60%	65%	60%	64%

4.3 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). As tabelas a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo:

			Controladora				Consolidado			
			31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
		Nível	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros										
Valor justo por meio do resultado										
Aplicações financeiras	Nota 5a	1	388.014	388.014	54.101	54.101	402.911	402.911	67.584	67.584
Títulos e valores mobiliários	Nota 5b	1	129.330	129.330	26.174	26.174	129.330	129.330	26.174	26.174
Total			517.344	517.344	80.275	80.275	532.241	532.241	93.758	93.758

(i) Plano de remuneração de longo prazo: O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*. Este modelo leva em consideração as variações de mensuração que incluem valor justo na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada baseada no valor das ações de concorrentes para planos contratados, a vida média ponderada dos instrumentos, dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos) e total de ações do capital social. Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. O valor justo das opções outorgadas aos diretores e principais gerentes executivos é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o exercício no qual o benefício é adquirido conforme pré-requisitos específicos. A Administração revisa as estimativas quanto a quantidade de opções nas datas dos balanços, cujo os direitos devem ser reconhecidos com base nas condições pré-definidas no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido, quando aplicável.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:

(a) Caixa e equivalentes de caixa:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa e bancos	4.172	4.331	5.536	8.049
Aplicações financeiras	388.014	54.101	402.911	67.584
Total de caixa e equivalentes de caixa	392.186	58.432	408.447	75.633

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia e suas controladas possuem opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a certificado de depósito bancário e aplicações em operações compromissadas, com remuneração média de 100,19% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2019.

(b) Títulos e valores mobiliários:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Títulos e valores mobiliários	22.403	26.174	22.403	26.174
Cotas em fundos de investimentos	106.927		106.927	
Total de títulos e valores mobiliários	129.330	26.174	129.330	26.174

Em 31 de dezembro de 2019 os títulos e valores mobiliários compreendem a aplicações em Fundos, Certificado de Depósito Bancário e aplicações em operações compromissadas com remuneração média de 99,44% CDI na controladora e no consolidado. Esses títulos possuem restrição de resgate com objetivo de constituir garantias para operações de debêntures da Companhia de Locação das Américas, controladora da Unidas S.A. As cotas em fundos de investimentos compreendem aplicações em fundos de investimento de renda fixa cujas carteiras de investimento são compostas substancialmente por papéis que não atendem todas as condições para serem classificados como caixa e equivalentes de caixa. As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são avaliadas mediante referência às classificações externas de crédito e estão apresentadas na Nota 5 (a). As aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são avaliadas mediante referências às classificações externas de crédito e estão apresentadas na Nota 5 (b). Em 31 de dezembro de 2019 não existiam diferenças entre o valor contábil e o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, bem como de títulos e valores mobiliários. A avaliação do valor justo está apresentada na Nota 4.3.

6. Contas a receber de clientes:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Locações	127.935	161.465	266.575	321.109
Carros alienados para renovação da frota	150.296	52.788	150.296	52.788
	278.231	214.253	416.871	373.897
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(93.998)	(74.967)	(153.290)	(122.277)
Total	184.233	139.286	263.581	251.620
Circulante	180.277	135.026	259.218	246.737
Não circulante	3.956	4.260	4.363	4.883

A Companhia e suas controladas possuem o montante de R$ 29.922 de seu contas a receber como garantia das operações de debêntures em 31 de dezembro de 2019. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil. A abertura do saldo por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
A faturar	4.037	4.191	39.080	36.264
Faturados:				
À vencer	102.350	122.989	139.264	208.420
Vencidos				
1 a 30 dias	71.733	10.505	84.348	10.428
31 a 60 dias	5.494	6.314	10.477	8.113
61 a 90 dias	10.799	6.192	13.678	20.148
91 a 120 dias	4.609	3.343	6.521	4.267
121 a 365 dias	18.957	22.789	41.013	28.708
Vencidos há mais de 1 ano	60.252	37.930	82.490	57.549
	278.231	214.253	416.871	373.897

Em 31 de dezembro de 2019, a controladora possui o montante de R$75.666 (R$12.106 em 31 de dezembro de 2018) vencido, mas não *impaired*, enquanto no consolidado possui o montante de R$78.155 (R$6.936 em 31 de dezembro de 2018) vencido, mas não *impaired*. A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo no início do exercício	(74.967)	(69.065)	(122.277)	(108.876)
Constituição da PECLD	(21.060)	(22.815)	(33.695)	(34.270)
Reversões e baixas	2.029	16.913	2.682	20.869
Saldo no final do exercício	(93.998)	(74.967)	(153.290)	(122.277)

A despesa com a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica de despesas de vendas na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são compensados contra a baixa definitiva do título. **7. Partes relacionadas: (a) Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração do pessoal-chave da administração (diretores estatutários) por categoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Remuneração direta, participação nos resultados e benefícios indiretos	4.603	18.768	5.758	19.507
Planos de remuneração de longo prazo	864	2.991	864	2.991
	5.467	21.759	6.622	22.498

Em 2018, os Acionistas decidiram premiar certos colaboradores e diretores de forma discricionária, em forma pecuniária, pela efetivação da Combinação de Negócios ocorrida em 9 de março de 2018, junto a Companhia de Locação das Américas S.A., sendo esta de natureza eventual, ou seja, fora do curso normal de suas atividades, no valor total de R$18.039, sendo R$16.260 de honorários da administração e R$1.779 de despesas de pessoal, classificadas no grupo de despesas gerais e administrativas.

(b) Transações com partes relacionadas:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Parte relacionadas (Patrimonial)	**Ativo**		**Passivo**		**Ativo**		**Passivo**	
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	188.820	152.269	83.794	901				
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	7.166	7.249						
Unidas Franquias do Brasil S.A.		7.293	20.725	26.518				
Companhia de Locação das Américas			42.904	26.101	4.270	799	43.015	26.431
Enterprise Holdings Brazil LLC					33.634	16.685	32.370	13.843
	195.986	166.811	147.423	53.520	37.904	17.484	75.385	40.274

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Parte relacionadas (Resultado)	**Receita**		**Custo**		**Receita**		**Custo**	
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	667.569	402.659	(13.002)	(10.931)				
Unidas Franquias do Brasil S.A.		88						
Companhia de Locação das Américas	525		(973)		19.323	1.183	(2.922)	(726)
Enterprise Holdings Brazil LLC					63.657	25.944	(30.932)	(14.705)
	668.094	402.747	(13.975)	(10.931)	82.980	27.127	(33.854)	(15.431)

(c) Grau de relacionamento exercido entre a Companhia e as partes relacionadas: • Enterprise Holdings Brazil LLC (acionista da controladora) - Operação de locações em parceria com a Enterprise. O saldo a pagar refere-se a comissões relacionadas a tais operações e o saldo a receber refere-se ao repasse do contas a receber de locações pagos pelos clientes diretamente à Enterprise. • Companhia de Locação das Américas (controladora) - Operação de locação de veículos. • Unidas Comercial de Veículos Ltda. (subsidiária) - Referem-se a despesas indiretas incorridas pela Unidas S.A. em favor da controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente, e a despesas incorridas pela controlada em favor da Unidas S.A., sem remuneração e que serão liquidadas futuramente. • Unidas Locadora de Veículos Ltda. (subsidiária) - Operação de locação de veículos com a Unidas S.A. • Unidas Franquias do Brasil S.A. (subsidiária) - Referem-se a despesas indiretas incorridas pela Unidas S.A. em favor da controlada, sem remuneração e que serão liquidadas futuramente, a despesas incorridas pela controlada em favor da Unidas S.A., sem remuneração e que serão liquidadas futuramente e a centralização de caixa para aplicações financeiras.

8 Investimentos:

(a) Composição dos investimentos:

						Controladora
	Equivalência patrimonial		**Valor do investimento**		**Provisão para perda com investimento**	
Controladas	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	21.334	(2.444)	56.048	34.714		
Unidas Comercial de Veículos Ltda.	(46)	(17)			(8.161)	(8.115)
	21.288	(2.461)	56.048	34.714	(8.161)	(8.115)

(b) Resumo das informações financeiras: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Unidas Locadora de Veículos Ltda.	**Unidas Comercial de Veículos Ltda.**	**Unidas Franquias do Brasil S.A. (a)**	**Unidas Locadora de Veículos Ltda.**	**Unidas Comercial de Veículos Ltda.**	**Unidas Franquias do Brasil S.A. (a)**
Ativo	357.332	441	26.193	229.717	1.134	31.990
Passivo	301.284	8.602	3.232	195.003	9.250	10.659
Patrimônio líquido	56.048	(8.161)	22.961	34.714	(8.115)	21.331
Resultado do exercício	21.334	(46)	1.714	(2.444)	(17)	2.592

(a) Controlada indireta da Unidas S.A.

9. Veículos em desativação para renovação de frota:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Veículos em desativação	510.875	377.157	510.875	377.417
Provisão para veículos roubados e sinistrados	(172.551)	(117.804)	(172.551)	(117.804)
Total	338.324	259.353	338.324	259.613

Os veículos destinados à venda, estão registrados pelo custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou valor líquido estimado de realização, dos dois o menor. A provisão para veículos roubados e sinistrados refere-se exclusivamente aos veículos roubados ou sinistrados para os quais não há cobertura de seguros. Não há ativos relacionados a veículos em desativação para renovação de frota mantidos como garantia. Os veículos mantidos como garantia estão divulgados na Nota 15 (Empréstimos, financiamentos e debêntures).

10. Imobilizado:

(a) Movimentação do custo e depreciação:

				Controladora
Custo	**Veículos**	**Acessórios**	**Outros imobilizados**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2017	2.209.360	20.541	23.030	2.252.931
Adições	2.244.409	7.682	11.904	2.263.995
Alienações e baixas		(11.131)	(11.772)	(22.903)
Transferências			(1.000)	(1.000)
Transferência de veículos em desativação para renovação de frota	(1.202.806)			(1.202.806)
Em 31 de dezembro de 2018	3.250.963	17.092	22.162	3.290.217
Adições	2.978.886	13.557	38.222	3.030.665
Alienações e baixas		(3.440)	(1.072)	(4.512)
Transferências		112	(112)	
Transferência de veículos em desativação para renovação de frota	(2.011.563)			(2.011.563)
Em 31 de dezembro de 2019	4.218.286	27.321	59.200	4.304.807
Depreciação acumulada				
Em 31 de dezembro de 2017	(151.872)	(9.501)	(12.743)	(174.116)
Depreciação	(156.245)	(6.790)	(3.064)	(166.099)
Alienações e baixas		10.388	10.289	20.677
Transferências			150	150
Transferência de veículos em desativação para renovação de frota	135.352			135.352
Em 31 de dezembro de 2018	(172.765)	(5.903)	(5.368)	(184.036)
Depreciação	(175.163)	(6.153)	(6.751)	(188.067)
Alienações e baixas		3.440	1.072	4.512
Transferências		(23)	23	
Transferência de veículos em desativação para renovação de frota	162.412			162.412
Em 31 de dezembro de 2019	(185.516)	(8.639)	(11.024)	(205.179)
Valor residual líquido				
Em 31 de dezembro de 2019	4.032.770	18.682	48.176	4.099.628
Em 31 de dezembro de 2018	3.078.198	11.189	16.794	3.106.181

				Consolidado
Custo	**Veículos**	**Acessórios**	**Outros imobilizados**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2017	2.209.264	21.048	49.079	2.279.391
Adições	2.244.404	8.057	24.901	2.277.362
Alienações e baixas		(11.276)	(21.247)	(32.523)
Transferências			(1.000)	(1.000)
Transferência de veículos em desativação para renovação de frota	(1.202.805)			(1.202.805)
Em 31 de dezembro de 2018	3.250.863	17.829	51.733	3.320.425
Adições	2.978.886	13.801	61.933	3.054.620
Alienações e baixas		(3.543)	(4.425)	(7.968)
Transferências		112	(112)	
Transferência de veículos em desativação para renovação de frota	(2.011.563)			(2.011.563)
Em 31 de dezembro de 2019	4.218.186	28.199	109.129	4.355.514
Depreciação acumulada				
Em 31 de dezembro de 2017	(151.737)	(9.776)	(25.204)	(186.717)
Depreciação	(156.243)	(6.907)	(7.378)	(170.528)
Alienações e baixas		10.533	17.844	28.377
Transferências			150	
Transferência de veículos em desativação para renovação de frota	135.351			135.351
Em 31 de dezembro de 2018	(172.629)	(6.150)	(14.588)	(193.367)
Depreciação	(175.166)	(6.315)	(12.689)	(194.170)
Alienações e baixas		3.543	4.415	7.958
Transferências		(23)	23	
Transferência de veículos em desativação para renovação de frota	162.412			162.412
Em 31 de dezembro de 2019	(185.383)	(8.945)	(22.839)	(217.167)
Valor residual líquido				
Em 31 de dezembro de 2019	4.032.803	19.254	86.290	4.138.347
Em 31 de dezembro de 2018	3.078.234	11.679	37.145	3.127.058

(b) Conciliação da depreciação e amortização para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Depreciação	Nota 10	(188.067)	(166.099)	(194.170)	(170.528)
Depreciação direito de uso	Nota 11	(16.853)		(40.476)	
Amortização	Nota 12	(7.058)	(4.845)	(8.365)	(5.857)
Pis e cofins sobre depreciação IFRS 16		1.378		5.574	
Repasse de despesas e custos entre empresas		4.685	3.081		
Total		(205.915)	(167.863)	(237.437)	(176.385)

11. Direito de uso de arrendamento e arrendamento de imóveis: A Companhia e suas controladas, em decorrência de suas operações, alugam imóveis para instalação de suas lojas para o segmento de RAC e Seminovos, incluindo lojas de rua, shoppings e aeroportos. **(a) Movimentação de direito de uso de arrendamento:**

Custo	**Controladora**	**Consolidado**
Em 31 de dezembro de 2018		
Efeito da adoção inicial IFRS 16	11.602	71.494
Adições	72.753	78.116
Em 31 de dezembro de 2019	84.355	149.610
Depreciação acumulada		
Em 31 de dezembro de 2018		
Depreciação no exercício	(16.853)	(40.476)
Em 31 de dezembro de 2019	(16.853)	(40.476)
Valor residual líquido		
Em 31 de dezembro de 2019	67.502	109.134

(b) Composição e movimentação do saldo de arrendamento de imóveis: O passivo de arrendamento em aberto em 31 de dezembro de 2019, está mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimo e a taxa média de desconto utilizada é de 7,17%.

	Controladora	**Consolidado**
	31/12/2019	**31/12/2019**
Arrendamento de imóveis	80.546	128.876
Ajuste a valor presente	(13.044)	(19.742)
Total	67.502	109.134
Circulante	16.642	30.822
Não circulante	50.860	78.312

A movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

	Controladora	**Consolidado**
Passivo de arrendamento		
Em 31 de dezembro de 2018		
Efeito da adoção inicial IFRS 16	12.761	82.203
Adições	87.316	93.589
Pagamentos	(19.531)	(46.916)
Em 30 de setembro de 2019	80.546	128.876
Ajuste a valor presente		
Em 31 de dezembro de 2018		
Efeito da adoção inicial IFRS 16	(1.159)	(10.709)
Adições	(14.643)	(15.553)
Pagamentos	2.758	6.520
Em 31 de dezembro de 2019	(13.044)	(19.742)
Em 31 de dezembro de 2019	67.502	109.134

12. Intangível:

							Controladora
Custo	**Softwares**	**Direito de uso de marca**	**Acordo de não competição**	**Ágio**	**Carteira de clientes**	**Fundo de comércio**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2017	30.329	10.224	729	48.841	17.991	550	108.664
Adições	7.057					77	7.134
Alienações e baixas	(21.117)						(21.117)
Em 31 de dezembro de 2018	16.269	10.224	729	48.841	17.991	627	94.681
Adições	19.431						19.431
Alienações e baixas	(2.204)	(3.112)	(729)				(6.045)
Em 31 de dezembro de 2019	33.496	7.112		48.841	17.991	627	108.067
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2017	(23.969)	(5.560)	(656)		(7.366)	(212)	(37.763)
Amortização	(2.550)	(476)	(72)		(1.636)	(111)	(4.845)
Alienações e baixas	21.076						21.076
Em 31 de dezembro de 2018	(5.443)	(6.036)	(728)		(9.002)	(323)	(21.532)
Amortização	(4.822)	(476)			(1.636)	(124)	(7.058)
Alienações e baixas	2.205	3.109	728				6.042
Em 31 de dezembro de 2019	(8.060)	(3.403)			(10.638)	(447)	(22.548)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2019	25.436	3.709		48.841	7.353	180	85.519
Em 31 de dezembro de 2018	10.826	4.188	1	48.841	8.989	304	73.149

							Consolidado
Custo	**Softwares**	**Direito de uso de marca**	**Acordo de não competição**	**Ágio**	**Carteira de clientes**	**Fundo de comércio**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2017	32.035	10.223	728	48.843	17.991	4.135	113.955
Adições	7.055					2.180	9.235
Alienações e baixas	(21.172)						(21.172)
Em 31 de dezembro de 2018	17.918	10.223	728	48.843	17.991	6.315	102.018
Adições	19.485					976	20.461
Alienações e baixas	(2.288)	(3.109)	(728)	(2)			(6.127)
Em 31 de dezembro de 2019	35.115	7.114		48.841	17.991	7.291	116.352
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2017	(25.418)	(5.566)	(656)		(7.363)	(1.305)	(40.308)
Amortização	(2.629)	(476)	(72)		(1.636)	(1.044)	(5.857)
Alienações e baixas	21.131						21.131
Em 31 de dezembro de 2018	(6.916)	(6.042)	(728)		(8.999)	(2.349)	(25.034)
Amortização	(4.851)	(476)			(1.636)	(1.402)	(8.365)
Alienações e baixas	2.259	3.109	728				6.096
Em 31 de dezembro de 2019	(9.508)	(3.409)			(10.635)	(3.751)	(27.303)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2019	25.607	3.705		48.841	7.356	3.540	89.049
Em 31 de dezembro de 2018	11.002	4.181		48.843	8.992	3.966	76.984

A Companhia e suas controladas adotam o método linear para amortização dos softwares, acordos de não competição e fundo de comércio pelo prazo de 5 anos. O valor de direitos de uso de marca e carteira de clientes identificados em cada aquisição é apropriado de forma linear conforme vida útil remanescente apurada de acordo com laudo de avaliação, cuja amortização acontecerá no prazo médio de 15 e 11 anos, respectivamente. **Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa:** Os ágios e as marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("*impairment*") em 31 de dezembro de 2019, e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios e mais-valia de carteira de clientes. Os valores do ágio por expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") foram alocados por entidade legal, sendo que no entendimento da Administração, esta alocação representa o mais baixo nível no qual o ágio é monitorado em seus relatórios internos. A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de rentabilidade futura, que se baseia na análise retrospectiva, na projeção de cenários e em fluxo de caixa descontado. A modelagem econômico-financeira inicia-se com as definições das premissas macroeconômicas de vendas, produção, custos e investimentos da empresa ou unidade de negócio que está sendo avaliada. As usadas neste trabalho estão fundamentadas nas estimativas divulgadas pelo IBGE, Banco Central, BNDES, e outros. As previsões de volume e preço de venda de serviços, custos e investimentos foram realizadas de acordo com o *business plan* da administração do Grupo. Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos do Grupo, foram consideradas premissas de crescimento com taxa de desconto de 11,0% e taxa de perpetuidade 4,0% de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada. Essas premissas de crescimento de receita foram embasadas por iniciativas presentes no plano de negócios, assumindo um crescimento médio anual da receita líquida em decorrência de volume e preço.

13. Fornecedores:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Montadoras de veículos	953.816	695.167	953.816	695.167
Outros	14.935	13.514	19.587	19.082
	968.751	708.681	973.403	714.249

14. Cessão de créditos por fornecedores: A Companhia e suas controladas tem como parte estratégica de sua operação a realização de grandes volumes de aquisições de veículos junto às montadoras, de forma a obter melhores condições financeiras. Essas compras são negociadas com os fornecedores com prazos de pagamento inferiores a 6 meses. Os fornecedores, por sua vez, descontam os títulos junto a instituições financeiras de primeira linha através de uma operação de cessões de crédito, a qual consiste, basicamente, na venda desses recebíveis, sem direito de regresso. Desta forma, os títulos deixam de ser pagos aos fornecedores e passam a ser pagos às instituições financeiras, as quais levam em consideração o risco de crédito da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2019 as taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras no mercado interno ficaram entre 0,60% a 0,68% ao mês dos valores destas operações, sendo os custos financeiros pagos pela Companhia e suas controladas. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, os saldos referentes a estas operações são conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**
Cessão de créditos por fornecedores	319.895	639.536
Custos a amortizar	(1.610)	(11.843)
	318.285	627.693

Abaixo encontra-se a estratificação, por prazo de vencimento, destes valores em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**
De 1 a 30 dias	319.895	234.610
Entre 31 e 120 dias		398.303
Acima de 121 dias		6.623
	319.895	639.536

Essas operações foram classificadas na demonstração dos fluxos de caixa como parte das atividades operacionais.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures:	**Controladora e Consolidado**	
	31/12/2019	**31/12/2018**
Leasing financeiro		36.664
Debêntures	70.665	98.648
Capital de giro	828	
Passivo circulante	71.493	135.312
Leasing financeiro		89
Debêntures	2.357.224	1.495.586
Capital de giro	200.829	
Passivo não circulante	2.558.053	1.495.675
Total	2.629.546	1.630.987

O valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures não diferem significativamente dos seus respectivos saldos contábeis e está divulgado na Nota 4. Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo, líquidos de custo de captação, têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
Vencimentos	**31/12/2019**	**31/12/2018**
2019		135.312
2020	71.493	184.714
2021	204.859	355.578
2022 a 2025	2.353.194	955.383
	2.629.546	1.630.987

15.1 Leasing financeiro: A Companhia e suas controladas possuíam veículos em sua frota adquiridos por meio de leasing financeiro, os quais, foram contabilizados como parte do seu ativo imobilizado. Os contratos possuíam prazo médio de duração de 24 meses, contados a partir da entrega do bem, cláusula de opção de compra ao término do contrato e são remunerados a uma taxa média de CDI + 4,31% a.a. (CDI + 4,31% a.a. em 31 de dezembro de 2018). Todos os contratos foram liquidados no segundo trimestre de 2019. Não são previstos pagamentos contingentes, assim como não há operação de subarrendamento mercantil financeiro para as operações mencionadas acima. Abaixo é demonstrada a movimentação do saldo:

						Controladora e Consolidado
	Saldo em 31/12/2018	**Adições**	**Apropriação de juros**	**Pagamento de juros**	**Pagamento de principal**	**Saldo em 31/12/2019**
Leasing financeiro	36.753		3.282	(5.241)	(34.794)	
Total	36.753		3.282	(5.241)	(34.794)	

						Controladora e Consolidado
	Saldo em 31/12/2017	**Adições**	**Apropriação de juros**	**Pagamento de juros**	**Pagamento de principal**	**Saldo em 31/12/2018**
Leasing financeiro	105.191	1.593	7.689	(11.084)	(66.636)	36.753
Total	105.191	1.593	7.689	(11.084)	(66.636)	36.753

15.2 Debêntures e capital de giro: (a) Captações relevantes de dívida no exercício de 2019: (i) Em 10 de abril de 2019 foi integralizada a 13ª emissão de debêntures da Companhia no montante de R$1.000.000. Os recursos líquidos obtidos com a oferta nos termos na Instrução CVM nº 476 foram utilizados no curso normal dos negócios e destinados para reforço de caixa da Emissora. A seguir detalhes sobre a emissão: • Aprovada por ata do Conselho de Administração em 12 de março de 2019; • Emissão de debêntures nos termos da Instrução CVM nº 476; • Foram emitidas 1.000.000 (Um milhão) debêntures, não conversíveis em ações; • Data da emissão - 10 de abril de 2019; • Data de vencimento - 1ª série com vencimento em 10 de abril de 2024, 2ª série com vencimento em 10 de abril de 2027 e 3ª série com vencimento em 10 de abril de 2029; • Os juros das debêntures serão pagos semestralmente; • As debêntures serão amortizadas da seguinte forma: (i) 1ª série: serão amortizadas em parcela única, na data de vencimento. (ii) 2ª série: a primeira parcela em 10 de abril de 2025, correspondente a 33,3333% do valor nominal unitário da série das debêntures, a segunda parcela em 10 de abril de 2026, correspondente a 50,00% do saldo do valor nominal unitário e a terceira parcela, correspondente a 100% do saldo do valor nominal unitário das debêntures, na data de vencimento; (iii) 3ª série: a primeira parcela em 10 de abril de 2028, correspondente a 50,00% do valor nominal unitário da série das debêntures e a segunda parcela, correspondente a 100% do saldo do valor nominal unitário das debêntures, na data de vencimento. • As debêntures serão remuneradas a: (i) 1ª série 107,90% do DI, (ii) 2ª série 110,50% do DI e (iii) 3ª série 112% do DI. (ii) Em 22 de novembro de 2019 foi integralizada a 14ª emissão de debêntures do Grupo no montante de R$200.000. Os recursos líquidos obtidos com a oferta nos termos na Instrução CVM nº 476 foram utilizados para reforço de caixa da Emissora. A seguir detalhes sobre a emissão: • Aprovada por ata do Conselho de Administração em 12 de novembro de 2019; • Emissão de debêntures nos termos da Instrução CVM nº 476; • Foram emitidas 200.000 (duzentos mil) debêntures, não conversíveis em ações; • Data da emissão - 18 de novembro de 2019; • Data de vencimento - 18 de novembro de 2024; • Os juros das debêntures serão pagos semestralmente; • As debêntures serão amortizadas em 3 (três) parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira em 18 de novembro de 2022, correspondente a 20% do saldo do valor nominal unitário das debêntures, a segunda em 18 de novembro de 2023, correspondente a 50% do saldo do valor nominal unitário das debêntures a terceira será devida no vencimento, correspondente a 100% do saldo do valor nominal unitário das debêntures; • As debêntures serão remuneradas a 109,72% do DI. **(b) Captação de capital de giro em moeda estrangeira:** Em 23 de julho de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Unidas a contratação de empréstimo externo através da Lei 4.131 de 3 de setembro de 1962 (Lei 4.131) e da celebração de Instrumento Particular de Contrato para realização de "Swap", no montante de US$50.000.000 (cinquenta milhões de dólares). Os recursos líquidos obtidos pela Emissora foram utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, para reforço de caixa. **(c) Características debêntures e capital de giro:** As debêntures da Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações e suas principais características do endividamento estão apresentadas a seguir:

Título de dívida	**Taxa**	**Ano de vecimento**	**Garantias**
Debêntures 10ª Emissão	CDI + 1,20% a.a 1ª série CDI + 1,60% a.a 2ª série	2020 - 1ª série 2022 - 2ª série	Cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de locação de frota ou aplicações financeiras (*)
Debêntures 11ª Emissão	117,5% do CDI	2023	Garantia flutuante sobre os ativos da emissora e garantia fidejussória adicional outorgada
Debêntures 12ª Emissão	110,6% do CDI 1ª série IPCA + 7,3032% 2ª série	2023 - 1ª série 2025 - 2ª série	Garantia quirografária e garantia fidejussória adicional outorgada
Debêntures 13ª Emissão	107,9% do CDI 1ª série 110,5% do CDI 2ª série 112,0% do CDI 3ª série	2024 - 1ª série 2027 - 2ª série 2029 - 3ª série	Garantia quirografária e garantia fidejussória adicional outorgada
Debêntures 14ª Emissão	109,72% do CDI	2024	Garantia quirografária e garantia fidejussória adicional outorgada
Capital de giro (US$)	LIBOR de (3 Meses + 0,40%) x 1,1176471	2024	Garantia quirografária e garantia fidejussória adicional outorgada

(*) Os direitos decorrentes das garantias são equivalentes a no mínimo 50% do saldo devedor das debêntures. Adicionalmente, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios provenientes de contratos de terceirização de frota refere-se ao fluxo de receita futura de contas de terceirização de frota a performar, portanto, não são ativos financeiros contidos no balanço patrimonial e de contas a receber performada, conforme nota 6.

A Companhia e suas controladas, durante o prazo de vigência das debêntures, está sujeita ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, apurados trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas em até cinco dias úteis após a divulgação à CVM. Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas cumpriram com todos os índices e limites financeiros previstos. **Custos de captação a apropriar:** Os custos de captação incorridos na emissão das debêntures e capital de giro, ainda não apropriados ao resultado são apresentados reduzindo o saldo do passivo e apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros. Os custos a serem apropriados ao resultado em exercícios subsequentes são compostos como segue:

	2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**Acima de 2025**	**Total**
Debêntures e capital de giro	(5.141)	(4.614)	(1.977)	(913)	(387)	(449)	(13.481)
	(5.141)	(4.614)	(1.977)	(913)	(387)	(449)	(13.481)

Abaixo demonstramos a movimentação de saldo das debêntures e capital de giro:

											Controladora e Consolidado
	Saldo em 31/12/2018	**Adições**	**Apropriação de juros**	**Custos de transação incorridos**	**Apropriação de custos de transação**	**Pagamento de juros**	**Pagamento de principal**	**Variação Cambial**	**Saldo em 31/12/2019**	**Curto prazo**	**Longo prazo**
Debêntures 7ª Emissão	34.433		1.537	(20)	664	(1.614)	(35.000)				
Debêntures 9ª Emissão	302.636		7.727	(23)	3.357	(13.697)	(300.000)				
Debêntures 10ª Emissão	501.443		36.719	(462)	2.201	(38.600)	(40.000)		461.301	44.730	416.571
Debêntures 11ª Emissão	502.797		34.671		1.437	(36.259)			502.646	5.872	496.774
Debêntures 12ª Emissão Série A	151.392		9.778	(203)	246	(10.156)			151.057	2.059	148.998
Debêntures 12ª Emissão Série B	101.533		11.123	(135)	154	(7.214)			105.461	6.223	99.238
Debêntures13ª Emissão		1.000.000	45.404	(4.620)	303	(33.658)			1.007.429	10.954	996.475
Debêntures 14ª Emissão		200.000	1.036	(1.057)	16				199.995	827	199.168
4131		188.500	2.629	(943)	80	(1.644)		13.035	201.657	828	200.829
	1.594.234	1.388.500	150.624	(7.463)	8.458	(142.842)	(375.000)	13.035	2.629.546	71.493	2.558.053

										Controladora e Consolidado
	Saldo em 31/12/2017	**Adições**	**Apropriação de juros**	**Custos de transação incorridos**	**Apropriação de custos de transação**	**Pagamento de juros**	**Pagamento de principal**	**Saldo em 31/12/2018**	**Curto prazo**	**Longo prazo**
Debêntures 3ª Emissão	17.637		277		25	(755)	(17.184)			
Debêntures 5ª Emissão	81.757		2.345		349	(4.451)	(80.000)			
Debêntures 6ª Emissão	51.922		1.440	(30)	147	(3.479)	(50.000)			
Debêntures 7ª Emissão	168.896		9.150	(323)	1.238	(9.528)	(135.000)	34.433	34.433	
Debêntures 8ª Emissão	150.694		6.973	(24)	1.218	(8.861)	(150.000)			
Debêntures 9ª Emissão	303.768		27.104	(1.824)	1.333	(27.745)		302.636	4.541	298.095
Debêntures 10ª Emissão	503.943		39.305	(3.041)	1.962	(40.726)		501.443	47.309	454.134
Debêntures 11ª Emissão		500.000	27.730	(7.178)	1.075	(18.830)		502.797	7.464	495.333
Debêntures 12ª Emissão Série A		150.000	2.803	(1.483)	71			151.392	2.578	148.814
Debêntures 12ª Emissão Série B		100.000	2.474	(988)	48			101.533	2.323	99.210
NP 6ª Emissão	30.112		1.130		101	(7.343)	(24.000)			
NP 7ª Emissão	59.736		3.609		582	(5.927)	(58.000)			
	1.368.465	750.000	124.340	(14.891)	8.149	(127.645)	(514.184)	1.594.234	98.648	1.495.586

16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: (a) Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos: O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Os impostos diferidos ativos do Grupo são gerados, substancialmente, em função de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e de diferenças temporárias, causadas pela constituição de provisões para redução ao valor recuperável dos contas a receber e de provisões para contingências. Os impostos diferidos passivos são gerados, substancialmente, em função do Grupo computar: (i) as contraprestações pagas de arrendamento mercantil financeiro para aquisição de veículos na base de apuração dos impostos correntes, conforme previsto pela legislação fiscal; (ii) a diferença de base e de taxa de depreciação entre a legislação contábil societária e a legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Prejuízo fiscal e base negativa	78.780	83.299	78.790	87.770
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	32.007	25.488	51.550	40.890
Provisão (reversão) a pagar a fornecedores e outros	(3.972)	(1.215)	5.635	5.480
Provisões de veículos roubados e sinistrados	58.668	40.054	58.668	40.054
Provisão para riscos e discussões judiciais	9.702	9.796	9.702	9.796
Despesas de *stock options*	2.031	313	2.031	313
Intangíveis decorrentes da aquisição/incorporação de controlada	(2.502)	(2.687)	(2.502)	(2.687)
Amortização fiscal do ágio	(16.606)	(15.776)	(16.606)	(15.776)
Depreciação acumulada de veículos	(218.158)	(129.690)	(218.158)	(129.690)
Variação cambial de empréstimos e *swap*	2.710	269	2.710	269
Prêmio de opções - *call DI*	17	17	17	17
Hedge accounting (*)	(705)	672	(705)	672
Outros	1.488	(113)	2.606	(168)
Total dos impostos diferidos	(56.540)	10.427	(26.262)	36.940
Impostos diferidos do ativo não circulante		10.427	30.278	36.940
Impostos diferidos do passivo não circulante	(56.540)		(56.540)	

(*) O efeito de *hedge accounting* não gera impacto no resultado, sendo este demonstrado no patrimônio líquido.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal e bases negativa possuem expectativa de realização conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	**Consolidado**
2020	25.763	25.773
2021	17.709	17.709
2022	18.582	18.582
A partir de 2023	16.726	16.726
Total	78.780	78.790

A expectativa de realização é determinada de acordo com as projeções de resultados para os exercícios seguintes limitado a restrição legal de compensação de no máximo 30% sobre os lucros tributáveis apurados. Os referidos créditos não possuem prazo prescricional. Os impostos diferidos tiveram a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

					Controladora
	Em 31/12/2017	**Movimentação no resultado**	**31/12/2018**	**Movimentação no resultado**	**Em 31/12/2019**
Prejuízo fiscal e base negativa	88.280	(4.981)	83.299	(4.519)	78.780
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	9.007	16.481	25.488	6.519	32.007
Provisão (reversão) a pagar a fornecedores e outros	4.219	(5.434)	(1.215)	(2.757)	(3.972)
Provisões de veículos roubados e sinistrados	27.843	12.211	40.054	18.614	58.668
Provisão para riscos e discussões judiciais	9.776	20	9.796	(94)	9.702
Despesas de *stock options*	1.834	(1.521)	313	1.718	2.031
Prêmio de opções - *call DI*	630	(613)	17		17
Hedge accounting (**)		672	672	(1.377)	(705)
Variação cambial de empréstimos e *swap*	121	148	269	2.441	2.710
Amortização fiscal do ágio	(12.454)	(3.322)	(15.776)	(830)	(16.606)
Depreciação acumulada de veículos	(86.427)	(43.263)	(129.690)	(88.468)	(218.158)
Intangíveis decorrentes da aquisição/ incorporação de controlada	(1.783)	(904)	(2.687)	185	(2.502)
Outros	(440)	327	(113)	1.601	1.488
Total dos impostos diferidos líquidos	40.606	(30.179)	10.427	(66.967)	(56.540)

					Consolidado
	Em 31/12/2017	**Movimentação no resultado**	**31/12/2018**	**Movimentação no resultado**	**Em 31/12/2019**
Prejuízo fiscal e base negativa	93.700	(5.930)	87.770	(8.980)	78.790
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	12.355	28.535	40.890	10.660	51.550
Provisão (reversão) a pagar a fornecedores e outros	7.401	(1.921)	5.480	155	5.635
Provisões de veículos roubados e sinistrados	27.843	12.211	40.054	18.614	58.668
Provisão para riscos e discussões judiciais	9.776	20	9.796	(94)	9.702
Despesas de *stock options*	1.834	(1.521)	313	1.718	2.031
Prêmio de opções - *call DI*	630	(613)	17		17
Hedge accounting (**)		672	672	(1.377)	(705)
Variação cambial de empréstimos e *swap*	121	148	269	2.441	2.710
Amortização fiscal do ágio	(12.454)	(3.322)	(15.776)	(830)	(16.606)
Depreciação acumulada de veículos	(86.427)	(43.263)	(129.690)	(88.468)	(218.158)
Intangíveis decorrentes da aquisição/ incorporação de controlada	(1.783)	(904)	(2.687)	185	(2.502)
Outros	(486)	318	(168)	2.774	2.606
Total dos impostos diferidos líquidos	52.510	(15.570)	36.940	(63.202)	(26.262)

(**) O efeito de *hedge accounting* não gera impacto no resultado, sendo este demonstrado no patrimônio líquido.

Abertura da movimentação do diferido:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Impactos da movimentação do diferido que transita no Patrimônio líquido	(1.377)	672	(1.377)	672
Impactos da movimentação do diferido que transita no resultado	(65.590)	(30.851)	(61.825)	(16.242)
Total da movimentação do diferido	(66.967)	(30.179)	(63.202)	(15.570)

(b) Impostos corrente e diferido no resultado: A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, nominais combinadas, e registrada no resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	259.803	166.518	269.786	164.149
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(88.333)	(56.616)	(91.727)	(55.811)
Equivalência patrimonial	7.238	(837)		
Despesas indedutíveis	(2.196)	(325)	(2.157)	(950)
Outros	448	1.158	1.058	2.510
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	(82.843)	(56.620)	(92.826)	(54.251)
Alíquota efetiva	32%	34%	34%	33%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(65.590)	(30.851)	(61.825)	(16.242)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.253)	(25.769)	(31.001)	(38.009)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(82.843)	(56.620)	(92.826)	(54.251)

17. Provisão para contingências e depósitos judiciais: As contingências da Companhia e suas controladas são partes em demandas judiciais de caráter cível, trabalhista e tributário decorrentes do curso normal de seus negócios. A Administração acredita que a provisão para riscos e discussões judiciais constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como mais provável que não, com base na opinião de seus advogados e consultores legais externos. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios. A movimentação da provisão para riscos e discussões judiciais, e os respectivos depósitos judiciais, por natureza, estão apresentados a seguir:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos em 31/12/2018	**Ingressos**	**Atualizações**	**Baixas**	**Saldos em 31/12/2019**	**Saldos em 31/12/2018**	**Ingressos**	**Atualizações**	**Baixas**	**Saldos em 31/12/2019**
Tributárias	19.809	932	609	(209)	21.141	22.709	1.181	1.073	(1.101)	23.862
Cíveis	2.040	1.247		(2.501)	786	2.040	1.247		(2.501)	786
Trabalhistas	6.963	3.060		(3.145)	6.878	6.963	3.060		(3.145)	6.878
	28.812	5.239	609	(5.855)	28.805	31.712	5.488	1.073	(6.747)	31.526

	Controladora					Consolidado				
	Saldos em 31/12/2017	**Ingressos**	**Atualizações**	**Baixas**	**Saldos em 31/12/2018**	**Saldos em 31/12/2017**	**Ingressos**	**Atualizações**	**Baixas**	**Saldos em 31/12/2018**
Tributárias	19.279		657	(127)	19.809	22.235		656	(182)	22.709
Cíveis	1.856	100	590	(506)	2.040	1.856	100	590	(506)	2.040
Trabalhistas	7.620	365	76	(1.098)	6.963	7.620	365	76	(1.098)	6.963
	28.755	465	1.323	(1.731)	28.812	31.711	465	1.322	(1.786)	31.712

(a) Depósitos judiciais: A composição dos saldos dos depósitos, por tipo de causa, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Tributárias	25.399	23.759	26.100	24.237
Cíveis	2.618	2.684	3.332	3.494
Trabalhistas	5.482	4.449	6.535	4.975
	33.499	30.892	35.967	32.706

(b) Processos com perda provável: *Processos cíveis:* A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais cíveis, de natureza indenizatória de vítimas de acidentes automobilísticos envolvendo carros de sua frota, em que se pleiteiam danos morais e materiais supostamente decorrentes destes eventos, para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas. A composição de tais processos é pulverizada, e estes se encontram em diferentes instâncias judiciais, não sendo possível presentemente atribuir jurisprudência sobre os mesmos. A Companhia e suas controladas mantêm ainda depósitos judiciais para parcela dessas discussões. Não é possível apontar a tendência majoritária da jurisprudência sobre os processos de natureza cível, pois os mesmos versam, em sua maioria, sobre acidentes automobilísticos. As decisões judiciais acerca desse tipo de acidente são proferidas com base nas circunstâncias de cada acidente e nas provas apresentadas em cada caso, ou seja, não possuem padrão estabelecido. *Processos trabalhistas:* Correspondem principalmente a pleitos de indenização por reclamações de horas extras, verbas rescisórias, verbas salariais, férias, comissões e reconhecimento de vínculo empregatício para os quais foi constituída provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas. As decisões judiciais acerca de discussões laborais com relação às horas extras e pagamentos de verbas trabalhistas são proferidas com base nas circunstâncias e nas provas apresentadas em cada caso, e, considerando a composição pulverizada dos referidos processos, não é possível apresentar posição clara da jurisprudência sobre esses assuntos. Entretanto, com relação ao reconhecimento de vínculo empregatício de empregados contratados por meio de cooperativa, existe entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que a cooperativa não passa de uma mera fornecedora de mão de obra, não havendo impedimento para o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a cooperativa e o Grupo. Entendemos que há probabilidade do Grupo enfrentar decisões desfavoráveis nesses casos, razão pela qual foram constituídas provisões relativas a esses processos. *Processos tributários:* A provisão para riscos tributários foi constituída principalmente pelo não recolhimento do PIS no exercício de agosto a novembro de 2002 e da COFINS no exercício de agosto de 2002 a janeiro de 2004, em virtude de questionamento judicial quanto à incidência destes tributos sobre as receitas provenientes da locação de veículos. Existem decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que consideram que as locações de bens móveis caracterizam faturamento e, portanto, deveriam ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em setembro de 2010, foram efetuados depósitos judiciais de R$10.092 e R$440, referentes à COFINS e ao PIS, respectivamente, pois a União Federal ingressou com execução fiscal para instrumentalizar a cobrança dos valores mencionados. A Companhia e suas controladas mantêm a provisão de processos tributários total no montante de R$21.141 e R$23.859 em 31 de dezembro de 2019, na controladora e consolidado, respectivamente (R$19.809 e R$22.709 em 31 de dezembro de 2018, na controladora e no consolidado, respectivamente). A Companhia e suas controladas aguardam julgamento em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal. **(c) Processos e discussões com perda possível:** Os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas referem-se basicamente a ações cíveis, trabalhistas e tributárias de mesma natureza daquelas mencionadas no item b). Esses processos totalizam, aproximadamente, R$191.240 em 31 de dezembro de 2019 (R$167.839 em 31 de dezembro de 2018). Em 21 de maio de 2009, a Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRFB") emitiu à Unidas S.A. autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos principalmente a dedutibilidade da amortização de ágio nos exercícios compreendidos entre 2004 e 2007, no valor atualizado total de R$ 57.481 em 31 de dezembro de 2019 (R$55.999 em 31 de dezembro de 2018). Em 11 de dezembro de 2014, a SRFB emitiu à Unidas S.A. autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos principalmente a dedutibilidade da amortização de ágio e despesas de contratos de *swap* referente ao ano base de 2009, no valor atualizado de R$34.530 em 31 de dezembro de 2019 (R$33.384 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia e suas controladas, por discordarem dos fundamentos que presidiram a emissão dos referidos autos, instaurou, com observância dos prazos legais aplicáveis, processos de impugnação administrativa em relação a cada um deles e aguarda julgamento. Na opinião da Administração, suportada em pareceres emitidos por seus assessores jurídicos, são possíveis as chances de perda na instância final dos referidos processos, motivo pelo qual não foi constituída provisão. Na data de emissão dessas demonstrações financeiras, os referidos autos encontravam-se em andamento. Em outubro de 2019 a Unidas ingressou com ação ordinária em que discute judicialmente determinado aproveitamento de créditos de PIS e COFINS visando afastar a aplicação do Ato Declaratório Interpretativo da Receita Federal do Brasil - RFB 04/2015 e assegurar o direito de apurar o crédito da contribuição do PIS e da COFINS sobre o custo de aquisição de veículos automotores registrados em seu ativo imobilizado e que são destinados à locação, com base no regime previsto pelo §14º do artigo 3º, e respectivo inciso VI c/c artigo 15º, inciso II, da Lei nº 10.833/2003, aproveitando a integralidade dos créditos. Em 31 de dezembro de 2019, a administração do Grupo entendeu que a referida contingência possui probabilidade de perda possível e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estima seu valor em R$11.000. **18. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social subscrito e integralizado está representado por 54.540.394 ações ordinárias nominativas adquiridas em sua totalidade pela Companhia de Locação das Américas correspondentes a R$1.150.526. Em assembleia geral extraordinária realizada em 15 de março de 2019, foi aprovada a integralização, pela controladora Companhia de Locação das Américas, no valor de R$400.000, ao capital social da Companhia. **(b) Reserva de capital e opções outorgadas:** A Companhia constitui reserva de capital correspondente as opções do plano de remuneração baseado em ações. O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2019 é de R$5.993 (R$1.147 em 31 de dezembro de 2018). **(c) Reserva de lucros:** **• Reserva legal:** Reserva legal constituída conforme determina a legislação societária, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a: (i) 20% do capital social realizado ou (ii) quando o saldo dessa reserva somado ao montante das reservas de capital atingir 30% do capital social realizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para a compensação de prejuízos ou aumento de capital. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2019 é de R$20.771 (R$11.923 em 31 de dezembro de 2018). **• Reserva para investimento:** Com o objetivo de assegurar recursos para a renovação da frota, manutenção da operação e capital de giro da Companhia, a Administração mentém reserva de retenção de lucros no montante de R$210.375 referente ao saldo remanescente do lucro de exercícios anteriores e o saldo remanescente do exercício de 2019 (R$84.291 em 31 de dezembro de 2018). **(d) Dividendos:** Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	176.960	109.898
Constituição de reserva legal (5%)	(8.848)	(5.495)
Base de cálculo dos dividendos	168.112	104.403
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	42.028	26.101
Total dos dividendos propostos	42.028	26.101
Valor por ação - em R$	0,7706	0,4786

(e) Pagamentos baseado em ações (opções de ações, ações restritas e programa de matching de ações): O Grupo possui três modalidades de pagamento baseado em ações que tem como objetivo incentivar e reter profissionais considerados estratégicos para o alcance dos objetivos do Grupo: "Opções de ações", "Ações restritas" e "Matching e Ações". No primeiro modelo o beneficiário ao final do exercício de *vesting* tem a opção de compra das ações, enquanto no segundo o beneficiário recebe em transferência as ações outorgadas, desde que cumpridas as condições previamente estabelecidas e no terceiro, o beneficiário recebe um múltiplo em transferência as ações, desde que cumpridas as condições previamente estabelecidas. Além desta, outra diferença entre as modalidades é a incidência de encargos tal como qualquer outra remuneração para os colaboradores que recebem o incentivo por meio de ações restritas e matching de ações. Em 17 de outubro de 2019 foi deliberado pelo Conselho de Administração o desdobramento das ações da Controladora Companhia de Locação das Américas com o propósito de tornar mais acessível aos investidores as ações da Companhia no mercado de capitais; e, por consequência, aumentar sua liquidez, considerando que sua maior quantidade, potencialmente, gera incremento nos negócios. Com isso os valores de pagamento baseado em ações na Unidas S.A. tiveram impacto conforme apresentado nesta nota.Os planos de "pagamento baseado em ações" (opções exercidas e a exercer) da Companhia correspondem a 2,49% do total de ações do capital social da Companhia (31 de dezembro de 2018- 2,52%), limitado a 5.915 mil opções (4% do total do capital social) em 31 de dezembro de 2018 (base para emissão do plano de baseado em ações). Os planos de outorga de opção de compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, foram firmados nos termos do artigo 168, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e abrangem beneficiários a serem indicados pelo Conselho de Administração. O exercício das opções pelo beneficiário, bem como a transferência das ações restritas, estão condicionadas a permanência obrigatória e ininterrupta no Grupo na qualidade de empregado ou de administrador, desde a data de celebração do contrato de outorga até o cumprimento de cada exercício de carência (*vesting*). Em ambos os casos, a rescisão do contrato será automática caso o beneficiário deixe de manter vínculo empregatício ou estatutário com a Companhia ou na hipótese de não ocorrência de uma das condições de "serviço" a contar da data de assinatura do contrato de opção ou, ainda, após o exercício de todas as opções de compra de ações, ou transferência de todas as ações restritas, o que ocorrer primeiro. Os serviços recebidos dos beneficiários durante o exercício são reconhecidos como despesas independentemente das condições (*vesting*) de não aquisição de direito terem sido satisfeitas. As principais características dos programas do plano de outorga são como segue:

Plano	Programa	Data da outorga	Vesting (Cláusula de serviço)	Preço de exercício	Prazo final de exercício
2	3	02/04/2018	Até 5 anos	7,97	01/04/2028
Ações restritas	Único	21/11/2018	Até 5 anos	9,70	20/11/2028
Matching de Ações	Único	21/03/2019	Até 6 anos	13,12	21/03/2025
Ações restritas	Único	21/03/2019	Até 5 anos	12,93	21/03/2024
Ações restritas	Único	19/06/2019	Até 5 anos	15,87	19/06/2024

A movimentação das opções de cada programa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada como segue:

		Movimentação em opções para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019				
Plano	Programa	Data da outorga	Novas outorgas	Prescritas/ canceladas	Exercidas	Saldo Final
2	3	02/04/2018	1.050.000	(300.000)	(66.000)	684.000
Ações restritas	Único	21/11/2018	471.000	(153.000)	(68.400)	249.600
Matching de Ações	Único	21/03/2019	98.100			98.100
Ações restritas	Único	21/03/2019	85.500			85.500
Ações restritas	Único	19/06/2019	600.000			600.000
			2.304.600	(453.000)	(134.400)	1.717.200

Abaixo a movimentação dos pagamentos baseados em ações para o exercício findo de 31 de dezembro de 2019:

Saldo de stock options e ações restritas em 31 de dezembro de 2018	**1.147**
M0ntante de despesas com planos de remuneração reconhecidas no resultado	4.846
Saldo de stock options e ações restritas em 31 de dezembro de 2019	**5.993**

A Companhia registra a remuneração dos colaboradores baseada em ações nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo. Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido considerado as seguintes premissas:

Plano	Programa	Data da outorga	Taxa Livre de Risco	Período da cláusula de serviço	Valor justo da opção/ação (em reais)
2	3	02/04/2018	6,96%	Até 5 anos	7,97
Ações restritas	Único	21/11/2018	6,90%	Até 5 anos	9,70
Matching de Ações	Único	21/03/2019	6,90%	Até 6 anos	13,12
Ações restritas	Único	21/03/2019	6,90%	Até 5 anos	12,93
Ações restritas	Único	19/06/2019	6,90%	Até 5 anos	15,87

A volatilidade esperada foi calculada pelo histórico da Companhia até a data do início de cada plano, com exceção das outorgas emitidas antes da abertura de capital da Companhia que foram utilizados a volatilidade de empresas atuantes no mesmo segmento de mercado. A taxa de juros livre de risco considerou os prazos de vencimento das opções outorgadas, na data de início de cada plano. **(f) Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia e suas controladas reconheceram no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 outros resultados abrangentes no valor de R$2.672 (líquidos de impostos) referente a operação de *hedge*. O saldo de ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2019 é R$ 1.368 (R$ 1.304 em 31 de dezembro de 2018). **19. Receita operacional líquida:** Abaixo apresentamos a reconciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração do resultado (receita líquida) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta	2.820.663	1.811.551	3.303.284	2.166.680
Impostos incidentes	(104.691)	(73.292)	(144.432)	(99.587)
Descontos e cancelamentos	(17.615)	(23.895)	(24.437)	(47.833)
Receita líquida	2.698.357	1.714.364	3.134.415	2.019.260

A composição da receita líquida reconhecida durante o exercício em cada categoria significativa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Locação de veículos	1.000.456	760.265	1.472.573	1.086.687
Franchising			3.682	4.768
Venda de veículos	1.802.592	1.027.391	1.802.592	1.027.392
Impostos incidentes	(104.691)	(73.292)	(144.432)	(99.587)
Receita líquida	2.698.357	1.714.364	3.134.415	2.019.260

Não há a incidência dos impostos PIS e COFINS sobre a venda de seminovos já que os mesmos são caracterizados como "ativo imobilizado".

20. Custos de locação e venda de veículos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo de venda dos veículos seminovos	(1.686.044)	(920.833)	(1.686.044)	(920.833)
Custos de manutenção	(290.320)	(210.564)	(408.014)	(289.990)
Custo com depreciação veículos da frota	(182.616)	(164.295)	(204.452)	(168.460)
Recuperação de créditos de PIS/COFINS	95.249	68.221	101.336	67.531
Outros custos operacionais	(18.915)	(12.834)	(130.206)	(110.335)
Total	(2.082.646)	(1.240.305)	(2.327.380)	(1.422.087)

21. Despesas com vendas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(32.851)	(24.614)	(43.677)	(32.789)
Comissões e taxas	(42.335)	(25.141)	(98.860)	(54.296)
Propaganda e marketing	(1.186)	(4.082)	(21.777)	(18.949)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(19.031)	(5.902)	(31.013)	(13.401)
Serviços de terceiros	(11.025)	(2.028)	(13.307)	(2.432)
Outras despesas de vendas	(11.289)	(10.758)	(14.294)	(12.470)
Total	(117.717)	(72.525)	(222.928)	(134.337)

22. Despesas gerais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(29.533)	(44.131)	(41.959)	(69.490)
Honorários, consultoria e terceiros	(12.761)	(22.593)	(23.945)	(36.616)
Depreciação e amortização	(23.299)	(3.568)	(32.985)	(7.925)
Outras despesas administrativas	(4.534)	(6.336)	(9.666)	(19.030)
Total	(70.127)	(76.628)	(108.555)	(133.061)

23. Despesas financeiras, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Juros de clientes	4.648	5.997	7.080	8.509
Juros aplicações financeiras	18.483	11.535	18.941	11.944
Swap* (taxa e moeda)	7.585		7.585	
Variações monetárias cambiais ativas	18.359	213	18.362	273
Outras receitas financeiras	36	12	63	60
Total das receitas financeiras	49.111	17.757	52.031	20.786
Custo de captação e juros de cessão	(29.488)	(33.749)	(29.488)	(33.749)
Juros sobre financiamento	(153.906)	(132.030)	(153.906)	(132.030)
Swap* (taxa e moeda)		(632)		(632)
Arrendamento de imóveis	(2.477)		(5.576)	
Despesas bancárias	(7.625)	(3.131)	(22.180)	(12.504)
Variação cambial passiva	(31.370)	(109)	(31.370)	(112)
Outras despesas financeiras	(13.638)	(3.245)	(15.317)	(4.350)
Total das despesas financeiras	(238.504)	(172.895)	(257.837)	(183.378)
Despesas financeiras, líquidas	(189.393)	(155.138)	(205.806)	(162.592)

(*) 100% do saldo é referente a Accrual

24. Cobertura de seguros (não auditado): O Grupo têm por política manter cobertura de seguros para frota conforme exigências contratuais e para danos a terceiros. A administração considera a cobertura contratada adequada para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados. **25. Informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração para a tomada de decisões; e (iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível. A Companhia e suas controladas definiram dois segmentos operacionais, que são gerenciados separadamente, (i) a locação de veículos através de contratos de longa duração ("fleet"); (ii) e a locação de veículos através de contratos de curta duração ("RAC" ou "rent-a-car") realizada pela sua controlada indireta Unidas Locadora de Veículos Ltda., com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas na nota 2 ou nas notas explicativas das respectivas rubricas. Abaixo segue a demonstração de resultado por segmento, que não contempla os resultados inerentes a renovação de frota:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Fleet	RAC	Consolidado	Fleet	RAC	Consolidado
Receita de locação líquida	382.999	951.860	1.334.859	379.188	615.153	994.341
Receita de seminovos líquida	376.010	1.423.546	1.799.556	253.337	771.582	1.024.919
Custos dos aluguéis e serviços prestados, sem depreciação	(435.156)	(1.687.772)	(2.122.928)	(297.756)	(955.871)	(1.253.627)
Lucro bruto, sem depreciação	323.853	687.634	1.011.487	334.769	430.864	765.633
Com vendas	(29.853)	(193.075)	(222.928)	(30.186)	(104.151)	(134.337)
Gerais e administrativas, sem depreciação	(10.032)	(65.538)	(75.570)	(61.157)	(63.979)	(125.136)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	5	35	40	(456)	(2.578)	(3.034)
EBITDA (não auditado)	283.973	429.056	713.029	242.970	260.156	503.126
Depreciação e amortização	(82.719)	(154.718)	(237.437)	(85.651)	(90.734)	(176.385)
EBIT (não auditado)	201.254	274.338	475.592	157.319	169.422	326.741
Despesas financeiras, liquidas	(50.588)	(155.218)	(205.806)	(60.456)	(102.136)	(162.592)
EBT (não auditado)	150.666	119.120	269.786	96.863	67.286	164.149
Imposto de renda e contribuição social	(51.980)	(40.846)	(92.826)	(32.238)	(22.013)	(54.251)
Lucro líquido	98.686	78.274	176.960	64.625	45.273	109.898

A Companhia e suas controladas entendem que a atividade de renovação de frota (seminovos) não se trata de um segmento operacional separado, já que sua essa atividade é inerente ao processo dos segmentos de "fleet" e do "RAC". A Companhia e suas controladas não segregam seus ativos e passivos por segmento para administração dos seus negócios desta forma não realiza a apresentação do balanço patrimonial por segmento de negócios. **26. Lucro básico e diluído por ação: (a) Resultado básico por ação:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Básico

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	176.960	109.898
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.540
Lucro básico por ação - R$	3,24	2,01

(b) Resultado diluído por ação: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Diluído

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	176.960	109.898
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	54.540	54.540
Ajustes de opções de compra de ações (milhares)	1.477	1.428
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	56.017	55.968
Lucro diluído por ação - R$	3,16	1,96

27. Eventos subsequentes: Em 1 de janeiro de 2020, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada Unidas Locadora de Veíulos Ltda., subsidiária integral da Companhia Unidas S.A., passando todos os ativos e passivos da Unidas Locadora de Veículos Ltda. a serem partes integrantes da sua controladora Unidas S.A.. Ainda nesta data, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a reestruturação societária da Unidas S.A. através da saída das controladas Unidas Comercial de veículos Ltda. e Unidas Franquias do Brasil S.A. que a partir desta data estão vinculadas diretamente à controladora Companhia de Locação das Américas. Em 31 de janeiro de 2020, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da controladora Companhia de Locação das Amércas a realização de aporte para futuro aumento de capital (AFAC) em sua controladora Unidas S.A. no valor de R$ 146.802.

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede à Rua Alameda Santos nº 438, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que: Revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas da Unidas S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 12 de março de 2020

Luis Fernando Memória Porto - Diretor Presidente

Marco Túlio de Carvalho Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Unidas S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede à Rua Alameda Santos nº 438, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que: Analisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unidas S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 12 de março de 2020

Luis Fernando Memória Porto - Diretor Presidente

Marco Túlio de Carvalho Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Diretoria

Luis Fernando Memória Porto
Presidente

Marco Túlio de Carvalho Oliveira
Diretor Financeiro

Rodrigo Ziccardi Carvalho
Gerente Geral do Centro de Serviços Compartilhados - CRC-MG 097.874/O-3

Contador

Juliana Chrispin Gavineli
Gerente Contábil - CRC-SP 291.159/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Unidas S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Unidas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Unidas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidas S.A. e da Unidas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria refletem a evolução dos negócios e mantiveram-se alinhados àqueles do exercício anterior para os principais componentes das demonstrações financeiras. Vale destacar ainda que a Companhia e suas controladas procederam à adoção do novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - *Leases*), cujos impactos estão divulgados na nota explicativa 2.21, o que requereu atenção especial em nossa auditoria. **Porque é um PAA: Avaliação do valor recuperável do ágio (Nota explicativa 12):** A Companhia reconheceu, no ativo intangível, o ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura decorrente de combinações de negócios no montante de R$ 48.841 mil (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2019. A Companhia e suas controladas efetuaram, com o apoio de especialistas externos, o teste do valor recuperável do ágio, utilizando o modelo de valor presente de fluxos de caixa futuros esperados dos ativos da unidade geradora de caixa (valor em uso). Determinamos esse assunto como significativo, tendo em vista que, além da relevância dos saldos, esta é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração na determinação das premissas e projeções efetuadas, que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de realização da unidade geradora de caixa (UGC), com consequente impacto nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de caixa descontados das unidades geradoras de caixa às quais os ágios foram alocados. Em conjunto com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e estimativas de rentabilidade, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e suas controladas e organizações comparáveis. Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa. Recalculamos as projeções considerando diferentes cenários possíveis. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas. **Porque é um PAA: Estimativas relacionadas à definição do valor residual dos veículos (Nota explicativa 10):** A Companhia e suas controladas estimam o valor residual de sua frota de veículos a partir do valor esperado de venda dos veículos após o término de sua vida útil, deduzido das despesas de vendas e dos descontos previstos praticados no atacado e varejo. Mantivemos essa área como foco de auditoria porque a aplicação da referida estimativa contábil implica no uso de premissas que exigem julgamento e avaliação por parte da administração, tais como valor de mercado dos veículos na data da venda e tempo de uso. O valor residual líquido relacionado aos veículos classificados no ativo imobilizado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 totalizava R$ 4.032.770 mil (controladora) e R$ 4.032.803 mil (consolidado). Portanto, quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar em ajustes a esses ativos, com impacto relevante no resultado do exercício, especialmente na despesa de depreciação e no resultado de sua alienação no futuro. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Dentre outros procedimentos de auditoria, atualizamos nosso entendimento do desenho dos principais processos e controles internos estabelecidos pela administração para a determinação do valor residual dos veículos e cálculo da depreciação. Em base amostral, comparamos os dados de entrada incluídos nos sistemas automatizados, referentes ao valor residual dos veículos, com os documentos da administração que suportam o valor residual estimado. Adicionalmente, também em base amostral, comparamos os valores residuais estimados com os preços praticados em vendas realizadas no exercício, além dos valores divulgados na mídia contendo o preço de venda de carros similares. Consideramos que as premissas utilizadas estão consistentes com os dados de mercado e resultados históricos de transações de vendas. **Porque é um PAA: Contratos de arrendamento (Notas explicativas 2.21 e 11):** A Companhia e suas controladas celebram contratos de aluguel de lojas de seminovos e "rent-a-car" e imóveis administrativos cujos direitos de utilização resultaram no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um passivo de arrendamento e do correspondente direito de uso do ativo, conforme o novo pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases). Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da complexidade na implementação da mudança de prática contábil e a relevância dos saldos de passivo de arrendamento e de direito de uso do ativo que totalizavam R$ 67.502 mil (controladora) e R$ 109.134 mil (consolidado) em 31 de dezembro de 2019, além do fato de envolverem o uso de premissas com elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos). **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: (i) o entendimento e a avaliação dos critérios adotados pela administração no levantamento dos contratos; (ii) a identificação daqueles que contêm elementos de arrendamento ou de prestação de serviço; (iii) o teste, em base amostral, da segregação dos contratos de arrendamento, bem como daqueles que se qualificam às isenções previstas no pronunciamento CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases). Para cada uma das categorias de contratos de arrendamento, nossos procedimentos compreenderam: (i) avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos prazos contratuais, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações; (ii) avaliação dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iii) recálculo, em bases amostrais, de contratos selecionados, para verificar o valor do passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso reconhecidos; (iv) o cálculo, em base amostral, da depreciação do direito de uso e da amortização do passivo de arrendamento; e (v) a leitura e entendimento das divulgações em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração no reconhecimento dos contratos de arrendamento são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 12 de março de 2020.

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador - CRC 1MG 075204/O-0